



Simulado Especial

SEFA PA

Fiscal De Receitas Estaduais

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFA-PA**, cargo de **Fiscal de Receitas Estaduais**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/vQ1p8LyGNYKWhPHF9>

01 - ABCDE	25 - ABCDE	49 - ABCDE	73 - ABCDE	97 - ABCDE	121 - ABCDE	145 - ABCDE	169 - ABCDE
02 - ABCDE	26 - ABCDE	50 - ABCDE	74 - ABCDE	98 - ABCDE	122 - ABCDE	146 - ABCDE	170 - ABCDE
03 - ABCDE	27 - ABCDE	51 - ABCDE	75 - ABCDE	99 - ABCDE	123 - ABCDE	147 - ABCDE	171 - ABCDE
04 - ABCDE	28 - ABCDE	52 - ABCDE	76 - ABCDE	100 - ABCDE	124 - ABCDE	148 - ABCDE	172 - ABCDE
05 - ABCDE	29 - ABCDE	53 - ABCDE	77 - ABCDE	101 - ABCDE	125 - ABCDE	149 - ABCDE	173 - ABCDE
06 - ABCDE	30 - ABCDE	54 - ABCDE	78 - ABCDE	102 - ABCDE	126 - ABCDE	150 - ABCDE	174 - ABCDE
07 - ABCDE	31 - ABCDE	55 - ABCDE	79 - ABCDE	103 - ABCDE	127 - ABCDE	151 - ABCDE	175 - ABCDE
08 - ABCDE	32 - ABCDE	56 - ABCDE	80 - ABCDE	104 - ABCDE	128 - ABCDE	152 - ABCDE	176 - ABCDE
09 - ABCDE	33 - ABCDE	57 - ABCDE	81 - ABCDE	105 - ABCDE	129 - ABCDE	153 - ABCDE	177 - ABCDE
10 - ABCDE	34 - ABCDE	58 - ABCDE	82 - ABCDE	106 - ABCDE	130 - ABCDE	154 - ABCDE	178 - ABCDE
11 - ABCDE	35 - ABCDE	59 - ABCDE	83 - ABCDE	107 - ABCDE	131 - ABCDE	155 - ABCDE	179 - ABCDE
12 - ABCDE	36 - ABCDE	60 - ABCDE	84 - ABCDE	108 - ABCDE	132 - ABCDE	156 - ABCDE	180 - ABCDE
13 - ABCDE	37 - ABCDE	61 - ABCDE	85 - ABCDE	109 - ABCDE	133 - ABCDE	157 - ABCDE	
14 - ABCDE	38 - ABCDE	62 - ABCDE	86 - ABCDE	110 - ABCDE	134 - ABCDE	158 - ABCDE	
15 - ABCDE	39 - ABCDE	63 - ABCDE	87 - ABCDE	111 - ABCDE	135 - ABCDE	159 - ABCDE	
16 - ABCDE	40 - ABCDE	64 - ABCDE	88 - ABCDE	112 - ABCDE	136 - ABCDE	160 - ABCDE	
17 - ABCDE	41 - ABCDE	65 - ABCDE	89 - ABCDE	113 - ABCDE	137 - ABCDE	161 - ABCDE	
18 - ABCDE	42 - ABCDE	66 - ABCDE	90 - ABCDE	114 - ABCDE	138 - ABCDE	162 - ABCDE	
19 - ABCDE	43 - ABCDE	67 - ABCDE	91 - ABCDE	115 - ABCDE	139 - ABCDE	163 - ABCDE	
20 - ABCDE	44 - ABCDE	68 - ABCDE	92 - ABCDE	116 - ABCDE	140 - ABCDE	164 - ABCDE	
21 - ABCDE	45 - ABCDE	69 - ABCDE	93 - ABCDE	117 - ABCDE	141 - ABCDE	165 - ABCDE	
22 - ABCDE	46 - ABCDE	70 - ABCDE	94 - ABCDE	118 - ABCDE	142 - ABCDE	166 - ABCDE	
23 - ABCDE	47 - ABCDE	71 - ABCDE	95 - ABCDE	119 - ABCDE	143 - ABCDE	167 - ABCDE	
24 - ABCDE	48 - ABCDE	72 - ABCDE	96 - ABCDE	120 - ABCDE	144 - ABCDE	168 - ABCDE	

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/vAfK>

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS***Adriana Figueiredo***TEXTO 1**

Coleta seletiva: do cesto à reciclagem

A coleta seletiva começa dentro de casa, quando separamos materiais recicláveis do lixo orgânico. Ao fazer essa distinção, facilitamos o trabalho de catadores, cooperativas e serviços municipais, que dependem de resíduos mais limpos e organizados para que o processo ganhe eficiência. Não se trata apenas de “jogar no saco certo”, mas de preparar o material para a reciclagem: retirar restos de comida, enxaguar levemente embalagens e achatar garrafas e caixas para reduzir volume.

Papéis, plásticos, vidros e metais seguem fluxos diferentes após a coleta. Quanto melhor separados estiverem, maior a chance de aproveitamento e menor o custo do transporte. Uma lata de alumínio, por exemplo, pode voltar rapidamente ao mercado depois de reprocessada, economizando energia em comparação à produção a partir da matéria-prima. Embalagens mistas exigem atenção: quando há camadas de materiais diferentes coladas, a reciclagem pode ser inviável; nesses casos, vale consultar orientações locais para o descarte correto.

Nos condomínios, a coleta seletiva funciona melhor quando há sinalização clara e horários definidos. Quadros informativos com fotos de itens aceitos e não aceitos ajudam moradores a evitar erros comuns, como descartar vidro quebrado sem proteção adequada ou misturar resíduos perigosos com recicláveis. Em muitas cidades, cooperativas recebem materiais diretamente; conhecer o calendário municipal evita deixar sacos expostos à chuva, que atrapalha a triagem e contamina o conteúdo.

Fazer a nossa parte tem impacto ambiental e social. A reciclagem reduz a pressão sobre aterros, diminui a extração de recursos naturais e fortalece a renda de quem atua na cadeia dos recicláveis. Com organização e constância, cada domicílio vira um pequeno ponto de coleta, capaz de somar resultados expressivos no volume total da cidade. Separar, limpar, acondicionar e respeitar

o calendário são passos simples que constroem uma rotina sustentável e cidadã.

Fonte: <https://antigo.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadoresde-materiais-reciclaveis/reciclagem-e-reaproveitamento.html?> - Adaptado

1. O texto 1 tem como principal objetivo

- a) incentivar regras punitivas e fiscalização intensiva sobre o descarte de lixo pela população.
- b) defender que as cooperativas podem atuar sozinhas, independentemente do comportamento doméstico.
- c) mostrar que separar, preparar e organizar resíduos em casa torna a reciclagem mais eficiente.
- d) sugerir que a coleta seletiva depende apenas de campanhas de mídia nacionais.
- e) afirmar que embalagens mistas são inevitavelmente não recicláveis em qualquer cenário.

2. De acordo com as informações apresentadas no texto 1, é correto afirmar que

- a) o importante é usar o saco correto para o descarte de cada tipo de resíduo, o restante fica a cargo do serviço municipal.
- b) deve-se evitar o descarte de vidro quebrado sem proteção, junto aos recicláveis comuns
- c) é necessário lavar as embalagens com água quente e detergente até remover qualquer odor residual.
- d) quanto mais separados estiverem os resíduos, maior o custo do transporte.
- e) classificar os tipos de lixo em casa aumenta a contaminação e eleva os custos.

3. Em “Papéis, plásticos, vidros e metais seguem fluxos diferentes após a coleta.”, o trecho sublinhado apresenta valor

- a) temporal, marcado pelo uso de “após”.
- b) locativo, em que se evoca o espaço onde a coleta acontece.
- c) modo, marcando a forma correta de se realizar a ação.
- d) causa, indicando uma ação anterior a outra.
- e) finalidade, haja vista o uso da preposição “após”.

4. Em “Nos condomínios, a coleta seletiva funciona melhor quando há sinalização clara e horários definidos.”, a vírgula foi empregada para

- a) isolar uma expressão explicativa.
- b) separar um aposto.
- c) isolar oração adverbial deslocada.
- d) separar termos coordenados de uma mesma oração.
- e) isolar um adjunto adverbial deslocado.

5. No trecho “Com organização e constância, cada domicílio vira um pequeno ponto de coleta” (último parágrafo), o vocábulo “constância” estabelece uma relação semântica de sinonímia com

- a) rigor
- b) igualdade
- c) monotonia
- d) regularidade
- e) imutabilidade

6. No trecho “Quadros informativos com fotos de itens aceitos e não aceitos ajudam moradores a evitar erros comuns” (3º parágrafo), o termo sublinhado concorda com

- a) quadros informativos
- b) fotos
- c) itens aceitos e não aceitos
- d) moradores
- e) erros comuns

7. No trecho “facilitamos o trabalho de catadores, cooperativas e serviços municipais, que dependem de resíduos mais limpos e organizados” (1º parágrafo), o vocábulo em destaque funciona como

- a) preposição
- b) conjunção integrante
- c) conjunção consecutiva
- d) pronome relativo
- e) pronome interrogativo

8. Assinale a alternativa que apresenta o correto emprego da crase:

- a) Eu gostaria que as novas baterias chegassem logo à lojas especializadas.
- b) No que diz respeito à esse tópico, é necessário fazer mais pesquisas.
- c) Não se dá o devido crédito à pesquisas brasileiras sobre inovações tecnológicas.
- d) Aquele empreendimento ainda tem um longo caminho à percorrer.
- e) As novas baterias serão colocadas à venda em breve.

9. Uma regra de regência verbal não foi observada em
- a) Ainda que discordasse da condução do processo, o relator absteve-se de emitir parecer conclusivo.
 - b) O pesquisador aspirava ao reconhecimento acadêmico que lhe fora negado em avaliações anteriores.
 - c) A mudança na gerência acarretou em aprimoramento dos processos, sem ignorar as limitações orçamentárias.
 - d) Embora muitos tenham simpatizado com a proposta, poucos se dispuseram a defendê-la publicamente.
 - e) O gestor devolveu o documento ao setor jurídico, mesmo sob forte pressão institucional.

Mesmo diante das advertências formais, o gestor preferiu o diálogo à imposição de medidas extremas.

10. No fragmento acima, o termo sublinhado classifica-se morfossintaticamente como
- a) verbo transitivo direto.
 - b) verbo transitivo indireto.
 - c) verbo intransitivo.
 - d) verbo de ligação.
 - e) verbo transitivo direto e indireto.

Durante a audiência de ontem, o réu nega todas as acusações, mesmo diante das provas apresentadas.

11. Na frase acima, o verbo sublinhado é flexionado
- a) no presente, mas remete a um evento futuro.
 - b) no presente, mas remete a um evento passado.
 - c) no presente, pois indica ação habitual.
 - d) no pretérito perfeito, indicando uma ação pontual no passado.
 - e) no pretérito perfeito, mas indica uma ação no presente.

12. De acordo com a norma, o pronome sublinhado deve estar, obrigatoriamente, em próclise no enunciado

- a) Se as condições fossem favoráveis, os gestores não se manifestariam contra a agência.
- b) Os amigos chegaram, se abraçaram e conversaram sobre os anos passados.
- c) Se reconheceram publicamente os erros cometidos durante o processo.
- d) Deixou uma anotação para se lembrar de pegar o casaco.
- e) Os dados analisados levaram a polícia a se pronunciar sobre o ocorrido.

13. A palavra grifada relaciona um objeto indireto ao verbo em

- a) O ministro foi homenageado por entidades internacionais.
- b) A redação do parecer contou com extremo rigor técnico.
- c) A estudante aspirava a uma vaga no programa de intercâmbio.
- d) O relatório, elaborado de forma minuciosa, foi encaminhado à comissão.
- e) O advogado apresentou argumentos de forma consistente.

14. A palavra “fórmula” é acentuada pelo mesmo motivo que

- a) café
- b) nível
- c) ciência
- d) índice
- e) difícil

15. O referente do pronome grifado está corretamente indicado em

- a) Embora a comissão tenha elogiado a atuação do auditor, ela recomendou ajustes adicionais. (relatório final)
- b) A diretora informou a equipe sobre a mudança e ressaltou que ela deve ser imediata. (mudança)
- c) Quando o pesquisador apresentou os resultados ao orientador, este demonstrou reservas metodológicas. (pesquisador)
- d) Os pareceres foram enviados aos conselheiros, mas eles não foram analisados no prazo previsto. (conselheiros)
- e) A empresa comunicou à imprensa que seus resultados foram acima do esperado. (resultados)

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

16. Uma cooperativa de crédito rural concede empréstimos a seus associados sob o regime de juros simples. Um produtor solicitou um empréstimo de R\$ 6.000,00 e, após 10 meses, pagou à cooperativa o valor de R\$ 438,00 exclusivamente a título de juros. Posteriormente, visando à expansão da lavoura, esse mesmo produtor contratou um segundo empréstimo, sujeito à mesma taxa mensal de juros simples da operação anterior. Sabendo que, após 1 ano e 5 meses, o montante pago referente apenas aos juros desse segundo empréstimo foi de R\$ 992,80, o valor do capital inicial solicitado nessa segunda operação foi de:

- a) R\$ 9.000,00.
- b) R\$ 10.000,00.
- c) R\$ 8.000,00.
- d) R\$ 12.000,00.
- e) R\$ 11.000,00.

17. Uma empresa de engenharia contratou um financiamento para a compra de equipamentos pesados. O contrato prevê um regime misto de capitalização sobre o saldo devedor, dividido em duas etapas consecutivas. Na primeira etapa, que dura 10 meses, aplica-se uma taxa de juros simples mensal de r . Imediatamente após, inicia-se a segunda etapa, com duração de 20 meses, na qual incide uma taxa de juros compostos mensal de s .

A expressão algébrica que representa a taxa de juros acumulada total ao final dos 30 meses dessa operação é:

- a) $(1 + 10r)(1 + s)^{20}$
- b) $(1 + r)^{10}(1 + s)^{20}$
- c) $(1 + 10s)(1 + r)^{20} - 1$
- d) $(1 + 10r)(1 + 20s) - 1$
- e) $(1 + 10r)(1 + s)^{20} - 1$

18. Uma loja de móveis de alto padrão adota a política de vender suas peças pelo "preço de catálogo" quando o pagamento é realizado por meio de uma nota promissória com vencimento para três meses após a data da compra. Um cliente adquiriu um conjunto de sofás cujo preço de catálogo é de R\$ 2.000,00, mas optou por liquidar a dívida imediatamente, antecipando o pagamento para a data da compra. A loja, então, concedeu um abatimento utilizando uma taxa de desconto de 2% ao mês.

Considerando o cenário descrito, caso a loja aplique o regime de desconto comercial simples (ou bancário), o valor líquido que o cliente deverá desembolsar à vista é de

- a) R\$ 1.960,00.
- b) R\$ 1.988,00.
- c) R\$ 1.996,00.
- d) R\$ 1.880,00.
- e) R\$ 1.920,00.

19. Uma empresa de tecnologia adquiriu um novo servidor de alto desempenho cujo valor à vista é V . A compra foi negociada para ser paga em duas parcelas iguais de valor P , calculadas sob o regime de juros compostos com uma taxa mensal fixa i . A primeira parcela será paga um mês após a aquisição, e a segunda, dois meses após a aquisição.

A expressão algébrica que determina a taxa de juros mensal i utilizada nessa transação é dada por:

a) $i = \frac{P}{V}$

b) $i = \frac{P + \sqrt{P^2 - 4VP}}{2V}$

c) $i = \frac{P + \sqrt{P^2 + 4VP}}{2V}$

d) $i = \frac{P - 2V + \sqrt{P^2 + 4VP}}{2V}$

e) $i = \frac{P + V + \sqrt{P^2 + 4VP}}{2V}$

20. Um investimento em um fundo de reflorestamento no valor de R\$ 25.000,00 foi realizado pelo período de um ano, sob uma taxa instantânea semestral de 6% em regime de capitalização contínua. Assinale a alternativa que apresenta o valor do montante resgatado ao final do período de um ano.

Dado: $\ln(1,062) \cong 0,06$.

a) R\$ 28.090,00.

b) R\$ 28.143,00.

c) R\$ 28.196,10.

d) R\$ 28.249,20.

e) R\$ 28.302,30.

21. Um fundo de investimentos em Venture Capital projeta para seus cotistas uma rentabilidade alvo de 7,50% ao mês. Considerando que a inflação acumulada prevista para o próximo ano na economia onde o fundo opera seja de 10%, assinale a alternativa que apresenta a taxa real anual de rentabilidade projetada por esse fundo.

Dado: se necessário, utilize a aproximação $(1 + i)^n \approx 1 + ni + \frac{n \times (n-1)}{2} i^2$

a) 90,0%

b) 106,5%

c) 117,1%

d) 96,5%

e) 127,1%

22. Uma indústria farmacêutica financiou a compra de um maquinário de precisão no valor de R\$ 400.000,00. O contrato prevê a liquidação da dívida em 36 prestações mensais e consecutivas de R\$ 18.320,00, vencendo a primeira parcela um mês após a entrega do equipamento. O sistema de amortização escolhido foi a Tabela Price, com uma taxa de juros de 3% ao mês.

O valor do saldo devedor desse financiamento imediatamente após o pagamento da segunda prestação é de:

a) R\$ 380.465,52.

b) R\$ 388.000,00.

c) R\$ 393.680,00.

d) R\$ 399.640,00.

e) R\$ 387.170,40.

23. Uma empresa está avaliando dois projetos de investimento, denominados Projeto Alfa e Projeto Beta. Os fluxos de caixa estimados para cada projeto, em milhares de reais, são apresentados na tabela a seguir:

Ano	Projeto Alfa (mil R\$)	Projeto Beta (mil R\$)
0	-2.000	?
1	550	275
2	1.815	968
3	0	1.197,9

O valor do investimento inicial do Projeto Beta, em milhões de reais, para que ambos os projetos possuam a mesma taxa interna de retorno, é:

- a) 1,95
- b) 1,80
- c) 1,75
- d) 1,90
- e) 1,85

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

24. Em um estudo da SEFA-PA sobre o tempo (em dias) de conclusão de processos administrativos, foi elaborado o seguinte quadro resumido:

Classe (dias)	Frequência
0 a 10	12
10 a 20	28
20 a 30	40
30 a 40	15
40 a 50	5

Considerando os dados agrupados, a mediana do tempo de conclusão é mais bem estimada por:

- a) 20 dias

- b) 22,5 dias
- c) 25 dias
- d) 27,5 dias
- e) 30 dias

25. Historicamente, 30% das empresas autuadas pela SEFA-PA apresentam recurso administrativo. Em um grupo de 10 empresas autuadas, considere que a decisão de recorrer é independente entre elas. A probabilidade de que exatamente 4 empresas apresentem recurso administrativo é, aproximadamente:

- a) $(0,3)^6 \cdot (0,7)^4$
- b) $(0,3)^4 \cdot (0,7)^6$
- c) $210 \cdot (0,3)^4 \cdot (0,7)^6$
- d) $210 \cdot (0,3)^6 \cdot (0,7)^4$
- e) $0,30 \times 0,70$

26. Em determinada região, o número médio de infrações ambientais registradas por semana é de 2 ocorrências. Admitindo que esse fenômeno siga uma distribuição de Poisson, a probabilidade de que, em uma semana qualquer, não ocorra nenhuma infração é:

- a) $2e^{-2}$
- b) $1 - e^{-2}$
- c) e^{-2}
- d) $\frac{e^{-2}}{2!}$
- e) $2^2 e^{-1}$

27. Para estimar o percentual de contribuintes inadimplentes no estado do Pará, a SEFA-PA seleciona contribuintes proporcionalmente ao número de empresas em cada município, por sorteio aleatório dentro de cada grupo.

O procedimento descrito caracteriza um plano de amostragem do tipo:

- a) Aleatória simples
- b) Estratificada proporcional
- c) Por conglomerados
- d) Sistemática
- e) Não probabilística por conveniência

28. Em uma amostra aleatória de 100 empresas, o valor médio dos débitos tributários foi de R\$ 50.000, com desvio padrão amostral de R\$ 10.000. Admitindo normalidade e utilizando nível de confiança de 95% ($z = 1,96$), o intervalo de confiança para a média populacional é:

- a) (48.040; 51.960)
- b) (49.000; 51.000)
- c) (46.080; 53.920)
- d) (48.000; 52.000)
- e) (49.020; 50.980)

29. A SEFA-PA deseja testar a hipótese de que mais de 60% dos contribuintes utilizam o sistema eletrônico de declaração. Em uma amostra aleatória de 400 contribuintes, verificou-se que 260 utilizam o sistema. Ao nível de significância de 5%, o teste adequado e a conclusão correta são:

(Considere $z_{0,05} = 1,645$)

- a) Teste qui-quadrado; rejeita-se H_0
- b) Teste t de Student; rejeita-se H_0
- c) Teste z para proporção; não se rejeita H_0
- d) Teste z para proporção; rejeita-se H_0
- e) Teste qui-quadrado; não se rejeita H_0

30. Em um estudo interno, a SEFA-PA analisou a relação entre o número de fiscalizações realizadas

(X) e o valor arrecadado (Y), obtendo coeficiente de correlação linear $r = 0,82$.

Com base nesse resultado, é correto afirmar que:

- a) Existe relação causal direta entre X e Y
- b) O coeficiente de determinação é aproximadamente 0,82
- c) A relação linear é fraca
- d) Aproximadamente 67% da variação de Y é explicada por X
- e) A regressão linear não se aplica ao conjunto de dados

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Douglas Schneider

31. A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938, representou um marco na trajetória da administração pública brasileira. Entre as medidas implementadas nesse período, destaca-se a introdução de critérios meritocráticos para o ingresso no serviço público, em contraposição às práticas então vigentes.

No contexto das transformações promovidas pela reforma administrativa da Era Vargas, é correto afirmar que

- a) a profissionalização do serviço público foi alcançada plenamente, eliminando as práticas de favorecimento pessoal no acesso aos cargos públicos.
- b) o modelo implementado priorizou a flexibilidade gerencial e a autonomia decisória dos gestores públicos em detrimento do controle processual.
- c) a padronização de procedimentos e a estruturação de carreiras contribuíram para a racionalização da máquina administrativa federal.
- d) as autarquias foram extintas para concentrar as atividades estatais na administração direta, fortalecendo o controle hierárquico.
- e) a descentralização administrativa foi o princípio norteador das mudanças, transferindo competências aos estados e municípios.

32. Uma secretaria estadual de saúde implementou um programa de vacinação infantil com o objetivo de imunizar 95% das crianças de 0 a 5 anos no período de seis meses. Ao término do prazo, verificou-se que foram aplicadas 850.000 doses, correspondendo a 92% da meta estabelecida, com um custo por dose 15% inferior ao previsto inicialmente. Contudo, pesquisas posteriores indicaram que a incidência das doenças-alvo do programa permaneceu inalterada na região.

Considerando os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade aplicados à gestão pública, o cenário descrito demonstra que o programa apresentou

- a) eficiência e eficácia satisfatórias, porém baixa efetividade, dado que os resultados finalísticos não foram alcançados.
- b) efetividade parcial, uma vez que a cobertura vacinal atingiu percentual próximo ao desejado pela gestão.
- c) eficácia plena, considerando que os recursos foram utilizados de forma otimizada durante a execução.
- d) ineficiência operacional, haja vista que a meta quantitativa de doses aplicadas não foi integralmente cumprida.
- e) efetividade satisfatória, pois a redução de custos indica impacto positivo na alocação de recursos públicos.

33. O *accountability* constitui um dos pilares fundamentais para o fortalecimento da democracia e o aprimoramento da gestão pública. Seus diferentes tipos articulam-se para promover o controle das ações governamentais sob perspectivas distintas, envolvendo atores e mecanismos específicos.

Sobre as dimensões do *accountability* na administração pública brasileira, é correto afirmar que

- a) o *accountability* societal manifesta-se por meio das eleições periódicas, momento em que os cidadãos avaliam o desempenho dos governantes.

- b) o *accountability* vertical caracteriza-se pela atuação dos Tribunais de Contas na fiscalização orçamentária dos entes federativos.

- c) o Ministério Público exerce *accountability* vertical ao fiscalizar a aplicação de recursos públicos pelos gestores.

- d) o *accountability* horizontal opera por meio de agências estatais que detêm poder legal para fiscalizar e sancionar outras agências públicas.

- e) as organizações da sociedade civil exercem *accountability* horizontal ao monitorar a execução de políticas públicas.

34. Os modelos de gestão pública refletem concepções distintas sobre o papel do Estado, a relação entre governantes e governados e os mecanismos de controle administrativo. A compreensão de suas características permite identificar práticas que ainda persistem nas organizações públicas contemporâneas.

A respeito dos modelos patrimonialista, burocrático e gerencial de administração pública, é correto afirmar que

- a) o modelo burocrático superou integralmente as práticas patrimonialistas, assegurando a impessoalidade nas relações entre Estado e sociedade.
- b) o modelo gerencial propõe a eliminação dos controles administrativos, transferindo ao mercado a regulação dos serviços públicos.
- c) a administração patrimonialista caracteriza-se pela indistinção entre o patrimônio público e o privado, favorecendo práticas de apropriação pessoal do Estado.
- d) o formalismo excessivo do modelo burocrático foi corrigido pelo modelo gerencial mediante a supressão dos procedimentos licitatórios.
- e) o modelo gerencial rejeita a profissionalização do serviço público, priorizando a indicação política para cargos técnicos.

35. A transposição de conceitos e práticas do setor privado para o setor público marcou diversas iniciativas de modernização da gestão governamental. O empreendedorismo governamental, difundido a partir da obra de Osborne e Gaebler, propôs princípios para reinventar a administração pública.

No contexto da gestão pública empreendedora, é correto afirmar que

- a) a competição entre prestadores de serviços públicos é considerada prejudicial à qualidade, devendo ser evitada pelos gestores.
- b) o governo catalisador concentra a execução direta dos serviços públicos para garantir maior controle sobre a qualidade.
- c) a orientação para o cliente redefine o cidadão como consumidor, priorizando suas demandas individuais sobre o interesse coletivo.
- d) a descentralização decisória fortalece a hierarquia tradicional ao aproximar as decisões dos níveis superiores da organização.
- e) o foco nos resultados implica substituir o controle dos processos administrativos pela avaliação do desempenho alcançado.

36. A mensuração do desempenho governamental requer a utilização de indicadores capazes de traduzir, de forma objetiva, os resultados alcançados pela administração pública. A construção e a seleção desses indicadores devem observar critérios técnicos que assegurem sua utilidade para o processo decisório.

No que se refere aos indicadores de desempenho na gestão pública, é correto afirmar que

- a) indicadores de efetividade avaliam a conformidade dos procedimentos administrativos com as normas vigentes.
- b) indicadores de economicidade aferem o grau de alcance das metas físicas estabelecidas no planejamento.

c) indicadores de produtividade mensuram a relação entre os produtos gerados e os recursos utilizados no processo.

d) indicadores de eficácia relacionam os custos incorridos com os benefícios financeiros obtidos pela organização.

e) indicadores de qualidade mensuram a quantidade de entregas realizadas em determinado período.

37. A complexidade dos problemas públicos contemporâneos tem demandado a construção de arranjos que articulem diferentes atores governamentais e não governamentais na formulação e implementação de políticas públicas. Nesse contexto, a governança emerge como conceito central para compreender as novas formas de gestão.

Considerando a governança no setor público e as parcerias entre governo e sociedade, é correto afirmar que

- a) a governança pública pressupõe a concentração do processo decisório no núcleo estratégico do governo, limitando a participação de atores externos.
- b) os conselhos de políticas públicas constituem espaços de participação social que podem contribuir para a legitimidade das decisões governamentais.
- c) a atuação de organizações da sociedade civil na execução de políticas públicas caracteriza a substituição integral do Estado nas funções de bem-estar.
- d) as ouvidorias públicas restringem-se ao registro de reclamações, sem possibilidade de influenciar a melhoria dos serviços prestados.
- e) a governança em rede dispensa mecanismos de coordenação, uma vez que os atores envolvidos compartilham objetivos idênticos.

38. A gestão pública por resultados representa uma mudança de paradigma em relação ao modelo burocrático tradicional, deslocando o foco do controle de procedimentos para a avaliação do desempenho efetivamente alcançado. Essa abordagem demanda instrumentos e práticas específicos para sua implementação.

No contexto da modernização da gestão pública orientada para resultados, é correto afirmar que

- a) o planejamento estratégico governamental dispensa a definição de indicadores, priorizando diretrizes qualitativas de longo prazo.
- b) a avaliação de políticas públicas restringe-se à verificação da legalidade dos atos praticados durante a execução dos programas.
- c) o controle finalístico sobre entidades descentralizadas substitui integralmente a necessidade de prestação de contas aos órgãos de controle.
- d) a flexibilização de procedimentos administrativos elimina a necessidade de observância dos princípios constitucionais da administração pública.
- e) a contratualização de resultados estabelece compromissos recíprocos entre órgãos, vinculando autonomia gerencial ao alcance de metas pactuadas.

ÉTICA

Tiago Zanolla

39. Marcelo, servidor público estadual estável há quatro anos, ocupa cargo efetivo na Secretaria de Administração. Recentemente, ele foi eleito vereador em seu município e passou a exercer o mandato eletivo. Preocupado com sua carreira, Marcelo procurou o setor de recursos humanos para obter informações sobre a possibilidade de ser promovido durante o período em que estiver no exercício do mandato.

Nesse cenário, considerando as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado, é correto afirmar que Marcelo:

- a) não poderá concorrer a qualquer modalidade de promoção enquanto perdurar o mandato eletivo, retomando o direito somente após o retorno ao exercício efetivo do cargo;
- b) poderá concorrer à promoção por antiguidade e por merecimento, desde que cumprido o interstício de dois anos de efetivo exercício em cada critério;
- c) somente terá direito à promoção por antiguidade, obedecidas as exigências legais e regulamentares, na forma da Constituição;
- d) somente terá direito à promoção por merecimento, considerando-se os cursos de capacitação profissional realizados antes do afastamento;
- e) poderá concorrer à promoção por antiguidade, sendo vedada a promoção por merecimento até que complete o interstício de três anos no exercício do mandato.

40. Joana, servidora pública estadual lotada na Diretoria de Planejamento, passou a vivenciar situações desconfortáveis no ambiente de trabalho. Seu superior hierárquico, Carlos, repetidamente a expõe a situações humilhantes durante as reuniões de equipe, criticando-a de forma vexatória diante dos colegas, atribuindo-lhe tarefas incompatíveis com suas funções e isolando-a das comunicações do setor. Tais condutas vêm deteriorando o ambiente profissional e causando sérios danos à saúde emocional de Joana.

Nesse cenário, considerando as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado acerca das condutas vedadas, é correto afirmar que o comportamento de Carlos configura:

- a) assédio moral, caracterizado pela conduta de conotação sexual praticada no exercício das atribuições do cargo, causando constrangimento e violando a liberdade da servidora;
- b) discriminação, caracterizada pela conduta comissiva que dispensa tratamento constrangedor em razão de fator discriminatório relacionado ao sexo da servidora;
- c) assédio moral, caracterizado pela repetição deliberada de comportamentos que expõem a servidora a situações humilhantes, com o objetivo de desestabilizá-la emocionalmente e deteriorar o ambiente profissional;
- d) assédio sexual, caracterizado pela repetição deliberada de gestos e palavras que exponham a servidora a situações constrangedoras, capazes de causar ofensa à sua dignidade;
- e) discriminação, caracterizada pela conduta omissiva que dispensa tratamento humilhante, deteriorando o ambiente profissional e causando ofensa à integridade psíquica da servidora.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

41. No que se refere ao procedimento de pedido de acesso à informação previsto na Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa correta:

- a) Para que o pedido de acesso seja processado, o interessado deve apresentar justificativa fundamentada sobre os motivos determinantes da solicitação da informação de interesse público.
- b) A identificação do requerente, para o acesso a informações de interesse público, poderá conter exigências que, a critério da Administração, inviabilizem solicitações genéricas.
- c) Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.
- d) O serviço de busca e fornecimento de informações será sempre cobrado do requerente, visando ao ressarcimento dos custos operacionais da unidade gestora.
- e) O pedido de acesso à informação deve conter a identificação do requerente, sendo dispensada, todavia, a especificação da informação requerida para garantir a celeridade.

42. No que se refere à jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade civil do Estado em relação a profissional de imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística é de natureza subjetiva, exigindo-se a comprovação de dolo do agente.
- b) O ônus probatório de demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil em operações de segurança pública recai sobre a vítima, independentemente da teoria adotada.
- c) O Estado é responsável na esfera cível por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da teoria do risco administrativo.
- d) A existência de perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares é fundamento suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por falta de comprovação de conduta estatal.
- e) As pretensões de indenização por danos morais em face de tortura praticada por agentes do Estado durante o regime militar sujeitam-se ao prazo prescricional de cinco anos.

43. No que diz respeito à delegação do poder de polícia para diferentes entidades da Administração ou para particulares, conforme a doutrina e a jurisprudência apresentadas, assinale a alternativa correta:

- a) É permitida a delegação integral do poder de polícia, inclusive a fase de sanção, a pessoas privadas que explorem atividade econômica em regime de concorrência, visando à eficiência administrativa.
- b) Aos particulares é permitida a execução de atividades materiais, como uma demolição, ou atividades preparatórias, como a instalação de equipamentos.
- c) Entidades de direito privado prestadoras de serviços públicos em regime não concorrencial,

como certas empresas públicas, podem receber delegação apenas para as fases de consentimento e fiscalização, sendo-lhes vedada a aplicação de sanções.

- d) A delegação para entidades administrativas de direito público, como autarquias e fundações públicas, é restrita às fases de fiscalização e sanção, não abrangendo a fase de ordem de polícia.
- e) O poder de polícia, por ser uma atividade-fim da Administração de elevada importância, é considerado indelegável em qualquer de suas fases para entidades de direito privado, ainda que pertençam à Administração Indireta.

44. No que diz respeito aos elementos do ato administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) O motivo e a motivação são conceitos sinônimos na doutrina administrativa, representando ambos a exposição escrita dos fundamentos de fato e de direito que justificam a prática do ato.
- b) O motivo é um elemento acessório do ato administrativo, estando presente apenas nos atos de natureza discricionária, nos quais a Administração possui margem de escolha.
- c) A ausência de motivação, nos casos em que esta é exigida por lei, configura vício relativo ao motivo do ato administrativo, ensejando a sua nulidade insanável por erro no pressuposto de fato.
- d) De acordo com a teoria dos motivos determinantes, a validade do ato administrativo, uma vez motivado, fica vinculada à veracidade e à existência dos motivos ali expostos, ainda que a motivação não fosse inicialmente obrigatória para aquele ato.
- e) A motivação aliunde ou por referência é considerada inválida pelo ordenamento jurídico, uma vez que a autoridade administrativa é obrigada a enumerar os motivos de forma contextual e expressa no próprio corpo do ato.

45. No que se refere à execução dos contratos administrativos e às obrigações das partes envolvidas, conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) Nas contratações de obras de engenharia, sempre que a Administração for a responsável pelo licenciamento ambiental, a licença prévia poderá ser obtida após a divulgação do edital, desde que antes do início das obras.
- b) A Administração Pública possui a prerrogativa de retardar a execução de serviços em virtude da posse de novo titular no órgão contratante, sendo essa considerada uma justificativa implícita para a pausa no cronograma.
- c) Ocorrendo a suspensão do contrato, a prorrogação do cronograma de execução deverá ser formalizada obrigatoriamente por meio de termo aditivo, sendo vedada a utilização de simples apostila para esse fim.
- d) Caso uma obra sofra paralisação por período superior a 1 (um) mês, a Administração tem o dever de divulgar aviso público em sítio eletrônico oficial e em placa no local da obra, informando o motivo, o responsável pela inexecução e a data de reinício.
- e) A comprovação do cumprimento da reserva de cargos para pessoas com deficiência ou aprendizes deve ser exigida exclusivamente na fase de habilitação da licitação, cessando tal dever durante a execução contratual.

46. No que se refere aos objetivos do processo licitatório e à governança das contratações, conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) O incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável é uma diretriz opcional, que não se confunde com os objetivos finalísticos do processo licitatório.
- b) A seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública deve restringir-se à análise do preço imediato da oferta, sendo vedada a consideração do ciclo de vida do objeto na fase de julgamento.
- c) É um dos objetivos do processo licitatório evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis, bem como o superfaturamento na execução dos contratos.
- d) A responsabilidade pela governança das contratações recai sobre os agentes de contratação, sendo vedado à alta administração do órgão interferir no monitoramento dos processos licitatórios.
- e) O tratamento isonômico entre os licitantes é obrigatório, entretanto, a promoção da justa competição não é elencada pela lei como um objetivo a ser assegurado no certame.

47. Durante a execução de um contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo, a Administração Pública identificou descumprimento reiterado das cláusulas contratuais pela concessionária, comprometendo a continuidade e a qualidade do serviço. Paralelamente, a Administração também considera a possibilidade de retomar o serviço público prestado em outro contrato de concessão, por razões de interesse público, sem que houvesse inadimplência da concessionária. Com base na legislação que rege a prestação dos serviços públicos, essas hipóteses correspondem, respectivamente:

- a) à encampação e à caducidade, formas de extinção do contrato que exigem, ambas, decisão judicial e prévia licitação para nova contratação.
- b) à anulação e à revogação do contrato, aplicáveis independentemente da culpa do concessionário e da existência de interesse público relevante.
- c) à encampação e à caducidade, ambas formas de rescisão por acordo das partes, desde que fundamentadas no descumprimento do contrato.
- d) à rescisão amigável e à rescisão unilateral, previstas genericamente na Lei de Licitações para qualquer tipo de contrato administrativo.
- e) à caducidade e à encampação, formas de extinção unilateral do contrato, sendo a primeira por inadimplemento do particular e a segunda por interesse público, exigindo a última a indenização prévia e a autorização legislativa.

48. No que concerne à qualificação e ao regime jurídico das agências executivas no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A qualificação de uma autarquia ou fundação pública como agência executiva deve ser realizada necessariamente por meio de lei específica, de iniciativa do Poder Executivo.
- b) Para que uma entidade receba a qualificação de agência executiva, é indispensável a celebração de um contrato de gestão com o respectivo ministério supervisor, além da existência de um plano estratégico de reestruturação.
- c) O regime de agência executiva confere à entidade um limite triplicado para a dispensa de licitação em compras e serviços de engenharia, visando garantir maior agilidade nas contratações.
- d) A Lei nº 9.649/1998, que dispõe sobre as agências executivas, é de observância obrigatória e aplicação automática por todos os entes da federação, incluindo Estados e Municípios.
- e) As autarquias são as únicas entidades autorizadas a receber a qualificação de agência executiva.

DIREITO CIVIL*Cadu Carrilho*

49. As Em 10/03/2026, foi publicada a Lei X, que criou novas regras procedimentais para a fiscalização, sem prever data de início de vigência. Em 01/06/2026, foi publicada a Lei Y, que revogou expressamente a Lei X e nada dispôs sobre repristinação. No mesmo contexto, um contribuinte alegou que não cumpriu determinada obrigação porque não conhecia a lei recém-publicada. Em outro processo, a autoridade fiscal pretende aplicar retroativamente a Lei Y para desconstituir situação já consolidada sob a legislação anterior, afirmando que “o interesse público exige”. Com base na LINDB, assinale a alternativa correta.

- a) A Lei X entrou em vigor na data da publicação (10/03/2026), pois toda lei tem vigência imediata, salvo disposição em contrário.
- b) A revogação expressa da Lei X pela Lei Y faz com que a lei anterior automaticamente volte a vigorar.
- c) O contribuinte pode se eximir do cumprimento da lei se comprovar que não teve conhecimento de sua existência.
- d) A decisão administrativa deve atender aos fins sociais e às exigências do bem comum, mas isso autoriza desconstituir ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada sempre que houver interesse público.
- e) Salvo disposição contrária, a Lei X teria começado a vigorar 45 dias após a publicação; a Lei Y revogou a Lei X, sem repristinação automática; ninguém se escusa de cumprir a lei por desconhecimento; e a lei em vigor deve respeitar ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada.

50. Assinale a alternativa correta, conforme o Código Civil.

- a) A personalidade civil da pessoa começa desde a concepção, e os direitos do nascituro somente são reconhecidos após o nascimento com vida.

b) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, além dos menores de 16 anos, também aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

c) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, ou se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra, sendo necessário esgotar buscas e averiguações e fixar, por sentença, a data provável da morte.

d) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presume-se que o mais velho faleceu primeiro.

e) Serão averbados em registro público os nascimentos, casamentos e óbitos.

51. Em 15/01/2025, Roberto assinou contrato de cessão de um veículo por preço muito inferior ao de mercado, após ser ameaçado por Carlos de que “resolveria o problema” com seu filho caso ele não assinasse imediatamente. A ameaça cessou em 20/01/2025, quando Carlos foi preso. Em 02/02/2026, Roberto procura orientação para desfazer o negócio. Com base no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O negócio é nulo, pois celebrado sob ameaça, e a nulidade pode ser alegada a qualquer tempo.
- b) O negócio é anulável por coação, e o prazo decadencial para pleitear a anulação é de 4 anos, contado da data em que cessar a coação.
- c) O negócio é ineficaz até que Roberto ratifique expressamente o contrato após cessada a ameaça.
- d) A coação só autoriza anulação se a ameaça for dirigida diretamente à pessoa contratante, não se admitindo ameaça contra familiar.
- e) A coação, ainda que existente, não invalida o negócio quando o preço foi efetivamente pago.

52. Ana e Bruno casaram-se sem pacto antenupcial. Após o casamento, Bruno comprou um apartamento com recursos obtidos por seu trabalho durante o matrimônio. Considerando o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O regime aplicável é a comunhão parcial de bens, e o apartamento comunica-se, em regra, por ter sido adquirido onerosamente na constância do casamento.
- b) O regime aplicável é a comunhão universal de bens, e o apartamento é sempre comum.
- c) O regime aplicável é a separação obrigatória de bens, e o apartamento não se comunica.
- d) O regime aplicável é a participação final nos aquestos, e o apartamento não se comunica durante o casamento.
- e) O regime aplicável depende de registro do casamento em cartório, sob pena de inexistência do regime.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

53. Laura é dentista e atende em consultório próprio. Ela contratou secretária, firmou contrato com empresa de contabilidade e utiliza software de gestão de prontuários. Paralelamente, abriu uma clínica com atendimento em escala, marketing padronizado, vários profissionais contratados e setor administrativo separado, passando a explorar a atividade de forma estruturada e com foco no crescimento do empreendimento. Com base no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Laura é empresária em qualquer hipótese, pois todo profissional liberal que atua com organização e finalidade econômica é empresário.
- b) Laura não pode ser empresária, porque profissão intelectual nunca se submete ao regime empresarial, ainda que haja estrutura organizacional.

c) Laura, como dentista, não é empresária enquanto o exercício for predominantemente intelectual, ainda que com auxiliares, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

d) Laura só será empresária se registrar a clínica na Junta Comercial, pois o registro é requisito constitutivo da condição de empresário.

e) A presença de empregados e de contabilidade terceirizada transforma automaticamente qualquer atividade em empresa.

54. Um grupo de investidores pretende constituir uma sociedade por ações para explorar atividade econômica lucrativa. Assinale a alternativa correta, conforme a Lei 6.404/1976

a) Na companhia, a responsabilidade dos acionistas é ilimitada e solidária pelas obrigações sociais.

b) A companhia pode ter por objeto qualquer atividade, inclusive sem finalidade lucrativa, desde que prevista no estatuto.

c) O estatuto não precisa fixar o valor do capital social, pois basta indicar o número de ações.

d) A companhia será sempre fechada, ainda que seus valores mobiliários sejam admitidos à negociação em bolsa ou no mercado de balcão.

e) A denominação deve conter “companhia” ou “sociedade anônima”, por extenso ou abreviadamente, sendo vedada a utilização de “companhia” ao final; e, para os efeitos da lei, a companhia é aberta quando os valores mobiliários de sua emissão estiverem admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.

DIREITO PENAL*Renan Araújo*

55. Um grupo de indivíduos sequestra o Diretor de Arrecadação da SEFA-PA em Belém, no dia 15 de maio de 2025, visando constranger sua família a efetuar pagamento pelo resgate. A vítima permanece em cativeiro até o dia 25 de junho de 2025. No dia 05 de junho de 2025, entrou em vigor uma nova lei penal que agravou a pena prevista para o crime de extorsão mediante sequestro.

Considerando o caso narrado, é correto afirmar que:

- a) a nova lei penal, por ser mais grave, não poderá ser aplicada, sob pena de violação à irretroatividade da lei penal maléfica
- b) a nova lei penal será aplicada, ainda que mais grave, pois sua vigência é anterior à cessação da permanência
- c) o tempo do crime é o momento da ação inicial, logo aplica-se a lei vigente na data da captura (15 de maio)
- d) aplica-se obrigatoriamente a lei mais benéfica em qualquer caso, mesmo tratando-se de crime continuado ou permanente
- e) a nova lei só seria aplicada se o crime fosse omissivo puro, não se aplicando aos crimes de natureza comissiva

56. Clodoaldo, Auditor Fiscal da Receita Estadual do Pará, durante uma licença oficial na França para estudos sobre tributação digital, pratica o crime de falsificação de selos destinados ao controle tributário do Estado do Pará, visando beneficiar uma exportadora de Belém. Clodoaldo é processado e condenado na França, cumprindo integralmente a pena naquele país. Ao retornar ao Brasil, é denunciado pelo Ministério Público Estadual pelo mesmo fato.

Nesse caso, Clodoaldo:

- a) não poderá ser julgado no Brasil, pois já cumpriu pena pelo mesmo fato no estrangeiro

b) ficará sujeito à lei brasileira, embora o crime tenha sido cometido no estrangeiro, sendo hipótese de extraterritorialidade incondicionada

c) somente poderá ser julgado no Brasil se houver requisição do Governador do Estado do Pará

d) terá sua punibilidade extinta automaticamente por ter sido condenado no exterior

e) poderá ser julgado no Brasil apenas se ingressar no território nacional e o fato for punível também na França

57. Joel, servidor administrativo de uma unidade regional da SEFA em Santarém, valendo-se das facilidades do cargo, ingressa clandestinamente na sala de informática com a intenção de subtrair dois computadores portáteis. Após separar os equipamentos para levá-los, Joel visualiza na parede uma foto da equipe de trabalho celebrando metas batidas e, tomado pelo remorso e afeição aos colegas, decide abandonar a empreitada criminosa, saindo do local sem subtrair nenhum bem.

Nesse caso, a conduta de Joel configura:

- a) fato atípico, dada a ocorrência de arrependimento posterior
- b) crime de furto tentado, com redução de pena de um a dois terços
- c) crime de peculato-furto tentado
- d) desistência voluntária
- e) crime impossível por absoluta impropriedade do objeto

58. Um servidor da SEFA-PA é processado por crime funcional. No curso da instrução, resta comprovado por perícia médica oficial que o agente, ao tempo da ação, em virtude de perturbação de saúde mental, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Nesse caso, é correto afirmar que o servidor:

- a) será isento de pena, mas obrigatoriamente receberá medida de segurança por ser inimputável
- b) terá sua punibilidade extinta pelo reconhecimento da excludente de ilicitude
- c) será considerado semi-imputável, tendo sua pena reduzida de um a dois terços
- d) terá sua pena reduzida de um sexto a um terço, conforme as regras da tentativa
- e) responderá integralmente pelo crime, sem isenção ou redução de pena, pois a perturbação mental não afasta a culpabilidade no Direito Penal brasileiro

59. Marcondes, visando obter vantagem indevida em um processo de inventário, realiza a alteração material de um testamento particular deixado por seu falecido tio, modificando as cláusulas de partilha de bens para beneficiar a si próprio.

De acordo com o Código Penal, a conduta de Marcondes ao falsificar o testamento particular configura o crime de:

- a) falsificação de documento particular, com pena de reclusão de um a cinco anos
- b) falsidade ideológica, uma vez que o documento era originalmente verdadeiro
- c) falsificação de documento público
- d) falsificação de papéis públicos
- e) falsificação de documento particular, com pena de reclusão de dois a seis anos

60. Um despachante solicita a um contribuinte do Estado do Pará a quantia de R\$ 3.000,00, alegando que o valor será utilizado para influir em um Fiscal de Receitas Estaduais da SEFA, a fim de que este dê celeridade na liberação de mercadorias retidas, sem a devida conferência de impostos. O despachante, porém, não pretende exercer qualquer influência sobre o servidor público, buscando apenas obter vantagem em prejuízo do contribuinte.

Nesse caso, a conduta do despachante configura o crime de:

- a) exploração de prestígio
- b) corrupção ativa majorada
- c) tráfico de influência
- d) corrupção ativa simples
- e) advocacia administrativa

FLUÊNCIA EM DADOS

Emannuelle Gouveia

61. Em uma equipe que adota Scrum, o gerente decide redistribuir tarefas diariamente, definir prazos individuais rígidos e centralizar aprovações técnicas fora das cerimônias do time. Essa situação indica violação direta de qual princípio das metodologias ágeis?

- a) Entrega incremental de valor ao cliente.
- b) Simplicidade na documentação dos processos.
- c) Foco em ferramentas automatizadas.
- d) Autonomia e auto-organização das equipes.
- e) Priorização exclusiva de requisitos técnicos.

62. Em um projeto que combina práticas de Scrum com o fluxo contínuo do Kanban, eliminando sprints fixas e utilizando limites de trabalho em progresso (WIP), a abordagem adotada é conhecida como:

- a) Scrumban.
- b) Extreme Programming (XP).
- c) Lean Software Development.
- d) Modelagem Ágil.
- e) Scrum puro.

63. Uma organização adota práticas do Lean e do Guia de Prática Ágil do PMI, priorizando entrega de valor contínuo, redução de desperdícios e adaptação rápida às mudanças. Nesse contexto, qual conduta é incompatível com esses referenciais?

- a) Revisar prioridades com base em feedback frequente dos stakeholders.
- b) Reduzir atividades que não agregam valor ao produto final.
- c) Estimular ciclos curtos de aprendizado e melhoria contínua.
- d) Manter processos rígidos para evitar alterações durante o projeto.
- e) Promover colaboração constante entre equipes multidisciplinares.

64. Uma área financeira acompanha o desempenho mensal por meio de um dashboard no Power BI que exibe crescimento de faturamento como principal KPI. Apesar do aumento contínuo apresentado, a empresa passa a enfrentar queda de caixa e aumento de inadimplência. Do ponto de vista de Business Intelligence, esse problema decorre mais diretamente de:

- a) falhas na visualização gráfica dos dados no dashboard.
- b) uso exclusivo de métricas qualitativas em vez de quantitativas.
- c) ausência de qualquer processo de coleta automatizada de dados.

d) escolha inadequada de indicadores, que não refletem integralmente a saúde financeira do negócio.

e) erro técnico na ferramenta de Business Intelligence utilizada.

65. Em um processo de descoberta de informações, uma equipe observa que relatórios analíticos apresentam valores inconsistentes em relação às bases operacionais, embora as visualizações estejam corretas e atualizadas automaticamente. A análise técnica aponta divergências originadas antes da etapa de visualização. Esse tipo de falha está mais diretamente associado a problemas na fase de:

- a) tomada de decisão estratégica baseada nos relatórios.
- b) comunicação dos resultados aos gestores.
- c) transformação e organização dos dados durante o processo de integração.
- d) escolha das ferramentas de dashboard utilizadas.
- e) definição do layout dos relatórios analíticos.

66. Assinale a alternativa que descreve corretamente uma técnica amplamente utilizada em aprendizado de máquina

- a) O algoritmo k-means é uma técnica supervisionada que utiliza rótulos previamente conhecidos para classificar novos exemplos.
- b) Árvores de decisão constroem modelos baseados em divisões sucessivas dos dados a partir de atributos, podendo ser aplicadas em tarefas de classificação e regressão.
- c) A regressão linear é uma técnica não supervisionada voltada para descoberta de padrões ocultos em grandes volumes de dados.
- d) O algoritmo PCA (Análise de Componentes Principais) é utilizado principalmente para rotular automaticamente dados de treinamento.
- e) Redes neurais artificiais são técnicas exclusivas para problemas de clusterização sem uso de dados rotulados.

67. Assinale a alternativa que descreve corretamente um aspecto relevante no processo de avaliação de modelos de aprendizado de máquina:

- a) A acurácia é sempre a melhor métrica para qualquer problema de classificação, mesmo em conjuntos de dados desbalanceados.
- b) O overfitting ocorre quando o modelo apresenta desempenho semelhante nos dados de treino e de teste, indicando boa generalização.
- c) A métrica recall mede a proporção de previsões positivas que estão corretas em relação ao total de previsões positivas feitas pelo modelo.
- d) O F1-score combina precisão e recall por meio da média harmônica, sendo especialmente útil quando há desequilíbrio entre classes.
- e) A curva ROC avalia exclusivamente o erro absoluto médio das previsões contínuas de um modelo.

68. No contexto da Inteligência Artificial (IA), diferentes abordagens são utilizadas para permitir que sistemas computacionais realizem tarefas que normalmente exigiriam inteligência humana. Assinale a alternativa que expressa corretamente o conceito de Inteligência Artificial em nível conceitual.

- a) Conjunto de técnicas destinadas exclusivamente à automação de tarefas repetitivas, sem capacidade de adaptação ou aprendizado.
- b) Área da computação voltada apenas ao armazenamento e processamento eficiente de grandes volumes de dados.
- c) Campo de estudo que desenvolve sistemas capazes de perceber o ambiente, aprender com dados, raciocinar e tomar decisões orientadas a objetivos.
- d) Tecnologia restrita à simulação exata do comportamento humano, sem uso de modelos matemáticos ou estatísticos.
- e) Aplicação de regras fixas e determinísticas que produzem sempre o mesmo resultado para uma mesma entrada.

69. A detecção de anomalias é uma tarefa recorrente em mineração de dados e aprendizado de máquina, aplicada em diversos domínios. Assinale a alternativa correta:

- a) A detecção de anomalias só pode ser realizada em dados categóricos, pois valores numéricos não permitem identificar desvios significativos.
- b) Técnicas de detecção de anomalias são restritas a algoritmos supervisionados, uma vez que sempre exigem exemplos rotulados de anomalias.
- c) O uso de métricas estatísticas, como desvio-padrão e intervalo interquartil, pode auxiliar na identificação de valores atípicos em variáveis numéricas.
- d) A análise de anomalias é utilizada apenas em bancos de dados financeiros, não sendo aplicável a outros setores.
- e) A detecção de anomalias não se aplica a séries temporais, já que estas apresentam variação natural ao longo do tempo.

70. Carlos atua na área de Gestão de Informações e precisa apresentar a evolução — de aumento ou redução — dos gastos do setor financeiro do órgão ao longo dos últimos seis meses. Para representar comparações entre valores e evidenciar essa variação ao longo do período, qual tipo de gráfico é mais adequado para esse objetivo?

- a) Gráfico de Barras
- b) Gráfico de Setores (pizza)
- c) Gráfico de Dispersão
- d) Gráfico de Área
- e) Histograma

71. Um modelo supervisionado apresenta acurácia muito alta nos dados de treinamento, porém desempenho significativamente inferior quando avaliado em um conjunto de teste independente. Sob a ótica da avaliação de modelos em IA/ML, essa situação caracteriza principalmente:

- a) ocorrência de overfitting, em que o modelo se ajusta excessivamente aos dados de treino e perde capacidade de generalização.
- b) baixa sensibilidade (recall), indicando falha na identificação de classes positivas.
- c) erro de balanceamento de classes, que não afeta generalização.
- d) limitação inerente a modelos supervisionados, que não podem ser validados externamente.
- e) inadequação do uso de métricas quantitativas em aprendizado de máquina.

72. Em um problema de classificação, dois modelos apresentam a mesma acurácia geral. Entretanto, o primeiro possui alto recall e baixa precisão, enquanto o segundo apresenta valores mais equilibrados entre precisão e recall. Do ponto de vista de avaliação por F1-score, é correto afirmar que:

- a) ambos terão F1 idêntico, pois a acurácia é igual.
- b) o segundo modelo tende a apresentar F1-score superior, por equilibrar precisão e recall.
- c) o primeiro modelo sempre será preferível por identificar mais casos positivos.
- d) o F1-score considera apenas a taxa de erros totais.
- e) precisão e recall não influenciam métricas compostas.

73. Em um sistema de IoT voltado ao monitoramento urbano, sensores distribuídos deixam de transmitir dados em tempo real durante períodos de pico de uso da rede, gerando atrasos nas informações de tráfego. Do ponto de vista da arquitetura de IoT, essa limitação está mais diretamente relacionada a falhas na camada de:

- a) aplicação, responsável apenas pela visualização dos dados aos usuários finais.
- b) dispositivos, que executam exclusivamente tarefas de armazenamento local.
- c) comunicação, encarregada da transmissão eficiente e contínua dos dados entre sensores e sistemas centrais.
- d) análise, que processa os dados após sua recepção.
- e) governança, que define políticas organizacionais de uso da informação.

74. Em projetos de IoT para monitoramento de frotas, a combinação de sensores de localização, conectividade móvel e plataformas analíticas permite que gestores acompanhem desempenho em tempo real. O principal valor agregado dessa integração está em:

- a) substituir totalmente sistemas tradicionais de logística.
- b) reduzir exclusivamente custos de aquisição de veículos.
- c) eliminar a necessidade de planejamento operacional.
- d) centralizar apenas dados históricos para auditoria.
- e) apoiar decisões rápidas por meio de dados contínuos sobre rotas, consumo, comportamento e manutenção.

75. Em ambientes de IoT, dispositivos frequentemente coletam dados sensíveis sobre localização, hábitos e comportamento de usuários. A principal razão pela qual mecanismos de criptografia e autenticação são essenciais nesses sistemas é:

- a) evitar acesso não autorizado e proteger a confidencialidade dos dados transmitidos.
- b) aumentar a velocidade de processamento dos sensores.
- c) reduzir o volume de dados trafegados na rede.
- d) eliminar a necessidade de monitoramento dos sistemas.
- e) garantir maior autonomia energética dos dispositivos.

76. Um sistema de IoT urbano integra sensores de tráfego, semáforos inteligentes e plataformas analíticas para ajustar automaticamente o fluxo de veículos conforme congestionamentos detectados. Essa aplicação demonstra principalmente o uso de IoT para:

- a) armazenamento massivo de dados históricos sem processamento.
- b) substituição de políticas públicas por algoritmos autônomos.
- c) coleta passiva de informações sem impacto operacional.
- d) tomada de decisões automatizadas baseadas em dados em tempo real.
- e) monitoramento apenas para fins estatísticos.

77. A separação típica de um sistema de IoT em camadas — dispositivos, comunicação, processamento e aplicação — tem como principal vantagem técnica:

- a) eliminar riscos de segurança da informação.
- b) permitir escalabilidade, manutenção e evolução dos componentes de forma independente.

- c) reduzir a necessidade de integração entre sistemas distintos.
- d) garantir que todos os dados permaneçam locais aos sensores.
- e) impedir falhas operacionais em redes distribuídas.

78. Em um sistema de visão computacional, imagens de tráfego urbano são processadas para identificar automaticamente veículos antes da aplicação do OCR nas placas. Quando o algoritmo primeiro localiza regiões prováveis de interesse (como carros ou placas) e, em seguida, separa esses elementos do fundo da cena, ele está combinando principalmente quais operações fundamentais?

- a) Compressão de imagem e codificação de cores.
- b) Classificação supervisionada e normalização estatística.
- c) Extração de texto e correção semântica.
- d) Detecção de objetos seguida de segmentação das regiões relevantes.
- e) Indexação visual e armazenamento distribuído.

79. Um sistema de OCR para leitura automática de placas veiculares apresenta queda significativa de desempenho durante o período noturno, mesmo com o mesmo volume de imagens processadas. O fator técnico mais diretamente responsável por essa degradação tende a ser:

- a) variações de iluminação que afetam contraste, nitidez e extração de características visuais.
- b) limitações inerentes ao armazenamento em bancos de dados.
- c) aumento do número de veículos nas vias.
- d) ausência de integração com sistemas de monitoramento.
- e) excesso de métricas analíticas aplicadas ao OCR.

80. Após o reconhecimento de placas por OCR, os dados são automaticamente comparados com registros em bancos de dados de veículos roubados e sistemas de monitoramento urbano. O principal benefício técnico dessa integração é:

- a) reduzir a necessidade de algoritmos de visão computacional.
- b) eliminar falhas de captura de imagens.
- c) permitir ações em tempo quase real baseadas em reconhecimento automático.
- d) aumentar a resolução das imagens processadas.
- e) substituir totalmente operadores humanos de fiscalização.

81. Em cenários reais de OCR veicular, placas inclinadas, sujas ou parcialmente encobertas tendem a gerar erros de leitura mesmo quando os algoritmos são tecnicamente avançados. Esse problema decorre principalmente de:

- a) falhas nos protocolos de comunicação em nuvem.
- b) limitações no armazenamento de imagens em larga escala.
- c) ausência de métricas de desempenho adequadas.
- d) baixa capacidade computacional dos bancos de dados.
- e) variações geométricas e ruídos visuais que dificultam a extração consistente de padrões de caracteres.

82. Um sistema de monitoramento urbano recebe coordenadas de GPS em tempo real dos veículos, porém os gestores têm dificuldade em associar esses pontos a ruas, bairros e endereços compreensíveis para análise operacional. A etapa técnica mais adequada para transformar essas coordenadas em informações utilizáveis é:

- a) segmentação espacial das imagens de satélite.
- b) geocodificação reversa, convertendo coordenadas geográficas em endereços ou referências urbanas.
- c) interpolação estatística de trajetórias.

- d) compressão de dados geoespaciais.
- e) modelagem preditiva de tráfego.

83. Ao comparar rotas alternativas para uma frota de entregas, um sistema identifica trajetos mais curtos em distância, porém com maior tempo médio de deslocamento durante horários de pico. Do ponto de vista da análise de tráfego, essa diferença ocorre principalmente porque:

- a) sistemas de GPS priorizam sempre menor número de cruzamentos.
- b) georreferenciamento ignora condições dinâmicas da via.
- c) APIs de mapas não utilizam dados históricos.
- d) tempo de deslocamento depende de congestionamento, velocidade média e fluxo viário, não apenas da distância percorrida.
- e) rotas longas sempre apresentam maior atraso.

84. Em uma aplicação que combina dados de GPS de veículos com APIs como Google Maps ou OpenStreetMap, a principal vantagem técnica dessa integração é:

- a) enriquecer os dados de localização com informações de vias, tráfego, rotas e contexto geográfico em tempo real ou histórico.
 - b) eliminar completamente erros de sinal de GPS.
 - c) dispensar a necessidade de bancos de dados geoespaciais.
 - d) reduzir o volume de dados transmitidos pelos sensores.
 - e) impedir variações de rota causadas por eventos urbanos.
-

85. A associação incorreta entre posições de GPS e vias urbanas faz com que um sistema de monitoramento registre veículos circulando “fora das ruas”, mesmo quando os trajetos reais estão corretos. Tecnicamente, esse erro está mais diretamente relacionado a falhas no processo de:

- a) análise preditiva de tráfego em tempo real.
- b) interpolação de rotas entre pontos sucessivos.
- c) georreferenciamento das imagens de satélite.
- d) geocodificação e map matching, responsáveis por vincular coordenadas às vias reais do mapa.
- e) compressão e armazenamento de dados geoespaciais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

86. A respeito da classificação das constituições, pode-se afirmar que a Constituição Federal de 1988 é:

- a) semirrígida
- b) outorgada
- c) histórica
- d) dirigente
- e) sintética

87. O poder constituinte originário pode ser considerado:

- a) inicial, incondicionado e autônomo
- b) inicial, condicionado e autônomo
- c) derivado, condicionado e não autônomo
- d) inicial, incondicionado e transitório
- e) juridicamente limitado, condicionado e autônomo.

88. Sobre a ação direta de inconstitucionalidade na esfera estadual, é correto afirmar que:

- a) compete a qualquer juiz de direito processá-la e julgá-la
- b) os legitimados são os previstos na Constituição Estadual
- c) pode ter por objeto leis ou atos normativos municipais, estaduais ou federais
- d) compete ao Supremo Tribunal Federal processá-la e julgá-la
- e) só pode ter por objeto leis estaduais

89. A ação declaratória de constitucionalidade:

- a) é de competência originária do Supremo Tribunal Federal
- b) pode ter objeto leis federais ou estaduais
- c) tem menos legitimados do que a ação direta de inconstitucionalidade
- d) produz eficácia contra todos e efeito não vinculante
- e) é de competência originária do Superior Tribunal de Justiça

90. Atalarico foi objeto de um lançamento tributário o qual considera inconstitucional. Depois de questionar administrativamente a medida, sem sucesso, procurou um advogado, buscando ajuizar uma ação constitucional que impeça a cobrança do tributo, tudo isso de acordo com a alegação de inconstitucionalidade da lei de instituição, a qual ele pretende comprovar com documentos. À luz da CF e da jurisprudência, Atalarico poderia ajuizar:

- a) *habeas corpus*
- b) *habeas data*
- c) ação popular
- d) ação civil pública
- e) mandado de segurança

91. Compete aos Estados-membros, de acordo com a Constituição:

- a) legislar sobre proteção de dados pessoais
- b) legislar sobre contratos
- c) manter o serviço postal
- d) instituir regiões metropolitanas
- e) manter relações com estados estrangeiros

92. A efetivação dos direitos sociais depende de condições econômicas e financeiras, sendo certo que sua realização prática ocorre gradualmente, de acordo com a necessidade de também se atender aos ditames das finanças públicas e da razoabilidade.

O trecho acima refere-se a qual princípio que rege a efetivação dos direitos sociais?

- a) reserva do possível
- b) cláusula pétrea
- c) proibição do retrocesso
- d) mínimo existencial
- e) rol exemplificativo

93. A respeito da criação de Municípios, pode-se afirmar que:

- a) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em Lei Complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas
- b) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

c) É livre a criação, fusão e incorporação de municípios, com autorização prévia do Congresso Nacional

d) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

e) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, apenas.

94. Odoacro, secretário de estado, foi convocado por uma CPI da Assembleia Legislativa do Estado do Pará para prestar depoimento sobre um fato que é investigado pela comissão. À luz da CF, pode-se afirmar que:

- a) Odoacro pode não comparecer, pois as CPIs não têm poder de convocar pessoas para depor
- b) Odoacro não é obrigado a comparecer, pois CPIs não podem convocar secretários de estado
- c) Odoacro não é obrigado a comparecer, pois a CF prevê apenas CPIs na esfera do Congresso Nacional, não de assembleia estadual
- d) Odoacro deve comparecer, mas não pode ser preso se se recusar a falar sobre fato que o possa incriminar
- e) Odoacro deve comparecer, e pode ser objeto de interceptação telefônica decidida pela CPI

95. De acordo com a Constituição, compete ao Presidente da República:

- a) autorizar a exploração mineral em terras indígenas
- b) decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional
- c) editar medidas provisórias
- d) aprovar a escolha de governador de território
- e) aprovar a escolha de Ministros do Supremo Tribunal Federal

96. A respeito da nova tributação sobre o consumo, instituída pela Reforma Tributária, julgue os itens a seguir:

I – O imposto sobre bens e serviços (IBS) será compartilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

II – O IBS e a contribuição sobre bens e serviços (CBS) terão os mesmos: fatos geradores, base de cálculo, regras de isenção e imunidades e alíquota.

III – Lei complementar deve dispor sobre as hipóteses de devolução do IBS a pessoas físicas, inclusive os limites e os beneficiários, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda.

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I
- b) I e II
- c) II e III
- d) III
- e) II

97. A respeito das limitações constitucionais ao poder de tributar, assinale a alternativa errada:

- a) é vedado aos entes federativos instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos

b) é proibido a qualquer ente da federação cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado

c) os entes federativos não podem instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros

d) são imunes aos impostos as entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes

e) é vedado aos entes federativos utilizar tributo com efeito de confisco, salvo nos casos autorizados em lei complementar.

98. Um tratado internacional sobre direitos humanos, aprovado em ambas as Casas do Congresso Nacional, pelo voto favorável de 3/5 dos respectivos membros, equivale a:

- a) emenda constitucional
- b) lei complementar
- c) lei ordinária
- d) norma supralegal
- e) lei delegada

99. Em relação aos tratados internacionais:

- a) são celebrados pelo Ministro das Relações Exteriores
- b) dependem de referendo popular
- c) dependem de referendo do Senado Federal, apenas
- d) dependem de referendo do Congresso Nacional
- e) depende de autorização prévia do Congresso Nacional

100. O Tribunal de Contas do Estado do Pará decidiu sustar a execução de contrato administrativo celebrado entre o Poder Público estadual e a empresa Mutretas Malandras S/a, por enxergar nele indícios veementes de dano ao erário. À luz do disposto na CF, pode-se dizer que o TCE agiu:

- a) corretamente, independentemente de providências anteriores ou posteriores
- b) corretamente, mas apenas se previamente autorizado pelo Poder Executivo
- c) incorretamente, pois a competência para sustar contratos é, ordinariamente, da Assembleia Legislativa
- d) incorretamente, pois a competência para sustar contratos é, ordinariamente, do Poder Judiciário apenas
- e) incorretamente, pois a competência para sustar contratos é, ordinariamente, do Ministério Público, diretamente

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

101. Considerando as regras previstas na LC 214/25 acerca dos regimes específicos de tributação sobre serviços financeiros, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos, analise as assertivas a seguir:

- I. O período de apuração do IBS e da CBS nos regimes específicos de serviços financeiros, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos será mensal.
- II. Caso a base de cálculo do IBS e da CBS nos regimes específicos de serviços financeiros, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos no período de apuração seja negativa, o contribuinte poderá deduzir o valor negativo da base de cálculo das bases de cálculo positivas dos períodos de apuração posteriores, no prazo de até cinco anos contados do último dia útil do período de apuração.

III. A apuração do IBS e CBS nos regimes específicos de serviços financeiros, planos de assistência à saúde, concursos de prognósticos e bens imóveis implica estorno, parcial ou integral, dos créditos relativos às aquisições de bens e serviços.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, apenas.

102. Acerca da devolução personalizada do IBS e da CBS (cashback), prevista na LC 214/25, assinale a alternativa correta:

- a) A devolução do IBS será gerida pela Receita Federal do Brasil (RFB), enquanto a devolução da CBS será gerida pelo Comitê Gestor do IBS.
- b) O destinatário das devoluções será aquele responsável por unidade familiar cadastrada no CadÚnico e que possua renda familiar mensal per capita de até um salário-mínimo nacional.
- c) O destinatário será incluído de forma automática na sistemática de devoluções, podendo, a qualquer tempo, solicitar a sua exclusão.
- d) Os dados pessoais coletados na sistemática das devoluções poderão ser utilizados ou cedidos livremente a quaisquer órgãos públicos ou privados.
- e) As devoluções previstas serão calculadas com base no consumo familiar realizado a partir do mês de janeiro de 2029, tanto para a CBS quanto para o IBS

103. Sobre as causas de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, analise os itens a seguir:

- I. A compensação e o parcelamento são hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- II. A isenção e a anistia são hipóteses de exclusão do crédito tributário que dispensam o cumprimento das obrigações acessórias.
- III. A prescrição e a decadência são formas de extinção do crédito tributário que geram direito à repetição do indébito em caso de pagamento.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III

104. No tocante à não cumulatividade do IBS e da CBS, de acordo com a LC 214/2025, assinale a alternativa incorreta:

- a) O contribuinte sujeito ao regime regular poderá apropriar créditos do IBS e da CBS quando ocorrer a extinção dos débitos relativos às operações em que seja adquirente.
- b) A apropriação dos créditos será realizada de forma segregada para o IBS e para a CBS, vedadas, em qualquer hipótese, a compensação de créditos de IBS com valores devidos de CBS e vice-versa.
- c) As operações consideradas de uso ou consumo pessoal não permitem a apropriação de créditos pelo contribuinte.
- d) A apropriação dos créditos está condicionada à comprovação da operação por meio de documento fiscal eletrônico idôneo.
- e) As operações imunes e isentas permitem a apropriação de créditos pelos adquirentes dos bens e serviços, desde que devidamente documentadas

105. De acordo com o Código Tributário Nacional, as taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador

- a) o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- b) o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva de serviço público, específicos ou divisíveis.
- c) exclusivamente o exercício regular do poder de polícia, sendo vedada a cobrança de taxa pela utilização de serviço público.
- d) a utilização efetiva de serviço público específico e divisível, sendo vedada a cobrança de taxa pelo exercício do poder de polícia.
- e) o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, exclusivamente efetiva, de serviço público específico e divisível

106. Um contribuinte foi autuado pela Receita Federal e deseja suspender a exigibilidade do crédito tributário enquanto discute a legalidade da cobrança. Analisando as alternativas abaixo, assinale aquela que apresenta uma hipótese que não suspende a exigibilidade do crédito tributário.

- a) Ajuizamento de ação anulatória de débito fiscal.
- b) Apresentação de reclamação no processo administrativo tributário.
- c) Concessão de liminar em mandado de segurança.
- d) Parcelamento do débito tributário.
- e) Depósito judicial do montante integral em dinheiro

107. Sobre o cadastro com identificação única previsto na LC 214/2025, para fins do IBS e da CBS, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as pessoas jurídicas sujeitas ao IBS e à CBS são obrigadas a se registrar em cadastro com identificação única.
- b) Para entidades sem personalidade jurídica, considera-se como cadastro administrado pela RFB o CPF do sócio titular.
- c) As informações cadastrais não precisam ser compartilhadas entre as administrações tributárias federal, estaduais, distrital e municipais.
- d) Para pessoas jurídicas, considera-se como cadastro administrado pela RFB o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- e) O Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB) não é considerado cadastro para fins do IBS e da CBS

108. Em relação ao princípio da isonomia tributária, assinale a alternativa incorreta:

- a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, sendo proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.
- b) Segundo o STF, todos os tributos submetem-se ao princípio da capacidade contributiva, ao menos em relação a um de seus aspectos, independentemente de classificação extraída de critérios puramente econômicos.
- c) A jurisprudência do STF admite a progressividade de alíquotas do ITBI.
- d) O STF admite a progressividade do IPTU.
- e) De acordo com o STF, a restrição de ingresso no parcelamento de dívida tributária aos contribuintes que questionaram o tributo em juízo com depósito judicial não viola o princípio da isonomia

109. Sobre o IPVA e as regras constitucionais aplicáveis, analise as assertivas abaixo e indique a correta:

- a) O Senado Federal fixa as alíquotas máximas do IPVA.
- b) O IPVA pode ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, do valor, da utilização e do impacto ambiental.
- c) O IPVA incide sobre a propriedade de veículos automotores apenas terrestres.
- d) Aeronaves agrícolas estão sujeitas à incidência do IPVA.
- e) Tratores e máquinas agrícolas sujeitam-se à incidência do IPVA

110. Analise as seguintes assertivas sobre a fixação de alíquotas do IBS, segundo a LC 214/25:

- I. A União fixará a alíquota do IBS, aplicável em todo o território nacional.
- II. Cada Estado fixará sua alíquota do IBS, e cada Município fixará sua alíquota do IBS.
- III. Na ausência de lei específica que estabeleça a alíquota do ente federativo, será aplicada a alíquota de referência da respectiva esfera federativa.

Está(ão) correta(s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III

111. De acordo com o art. 149-B da CF/88, O IBS e a CBS observarão as mesmas regras em relação a determinados aspectos. Assinale a alternativa que apresenta aspectos que devem observar as mesmas regras:

- a) Fatos geradores, bases de cálculo e imunidades.
- b) Fatos geradores, sujeitos passivos e prazo de recolhimento.
- c) Bases de cálculo, hipóteses de não incidência e competência tributária.
- d) Imunidades, regimes específicos e alíquotas.
- e) Regimes diferenciados de tributação, regras de não cumulatividade e alíquotas

112. Município editou, em julho de 2025, lei que revogou benefício fiscal relacionado às alíquotas do IPTU, resultando em aumento indireto do tributo para os contribuintes antes beneficiados. Considerando a jurisprudência do STF sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A revogação de benefício fiscal não caracteriza majoração de tributo, não sendo necessário observar os princípios da anterioridade anual e nonagesimal.
- b) A revogação de benefício fiscal deve observar apenas a anterioridade nonagesimal, podendo ser aplicada no mesmo exercício financeiro.
- c) A revogação de benefício fiscal deve observar os princípios da anterioridade anual e nonagesimal, por configurar aumento indireto de tributo.
- d) A revogação de benefício fiscal pode ser aplicada imediatamente, sem observância dos princípios da anterioridade, desde que prevista em lei complementar.
- e) A revogação de benefício fiscal deve observar apenas a anterioridade anual, não se aplicando o prazo nonagesimal

113. Sobre o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, assinale a alternativa correta, considerando as regras constitucionais.

- a) O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços terá natureza privada, com independência técnica e administrativa.
- b) O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços é uma entidade pública sob regime especial, com independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.
- c) O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços é vinculado hierarquicamente aos Estados e Municípios.
- d) O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços tem competência para decidir apenas questões de natureza administrativa, excluído o contencioso tributário.
- e) O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços tem competência para instituir o imposto nos Estados e Municípios

114. Assinale a alternativa que apresenta apenas tributos que são exceções à anterioridade anual, da Constituição Federal:

- a) Imposto de Importação, Imposto de Exportação, Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto sobre Operações Financeiras.
- b) Imposto de Importação, Imposto de Exportação, Imposto de Renda e Imposto sobre Operações Financeiras.
- c) Imposto de Importação, Imposto de Exportação, Imposto sobre Operações Financeiras e IPTU.
- d) Imposto de Importação, Imposto sobre Operações Financeiras e ITR.
- e) Imposto de Renda, Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto sobre Operações Financeiras e Contribuições para a Seguridade Social

115. Sobre as competências atribuídas à lei complementar em matéria tributária, conforme previsto no art. 146 da Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta:

- a) Cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência em matéria tributária entre os entes federativos.
- b) Compete à lei complementar estabelecer normas gerais sobre definição de tributos e suas espécies.
- c) A lei complementar deve regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- d) As normas gerais sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários devem ser estabelecidas por lei complementar.
- e) Cabe à lei complementar definir tratamento diferenciado para as microempresas apenas no caso do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)

116. Sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), previsto no art. 155, I, da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Estado onde se situa o imóvel a tributação do ITCMD incidente sobre transmissão causa mortis de bem imóvel, sendo irrelevante o local onde se processa o inventário ou arrolamento.
- b) Na transmissão causa mortis de bens móveis, títulos e créditos, o ITCMD compete ao Estado onde é domiciliado o sucessor.
- c) A Constituição Federal estabelece que o ITCMD poderá ser progressivo, facultando aos Estados e ao Distrito Federal adotar ou não essa sistemática.
- d) Compete ao Senado Federal fixar as alíquotas mínimas do ITCMD, por meio de resolução.
- e) Nas doações em que o doador tiver domicílio no exterior, os Estados e o Distrito Federal podem instituir livremente o ITCMD, independentemente de lei complementar federal

117. Quanto às disposições constitucionais sobre o ICMS e as competências do Senado Federal, analise as assertivas a seguir:

- I. Resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação do ICMS.
- II. É facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas do ICMS nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
- III. Para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, o Senado Federal pode fixar alíquotas máximas do ICMS nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço dos senadores e aprovada por dois terços de seus membros.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, apenas

118. Quanto às normas complementares e à vigência da legislação tributária, nos termos do CTN, é incorreto afirmar:

- a) São normas complementares das leis os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas e as práticas reiteradamente observadas por essas autoridades.
- b) A observância das normas complementares exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.
- c) Os atos normativos das autoridades administrativas entram em vigor na data da sua publicação, salvo disposição em contrário.
- d) A legislação tributária dos Estados vigora fora dos respectivos territórios apenas nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem.
- e) As decisões dos órgãos de jurisdição administrativa com eficácia normativa entram em vigor na data da sua publicação

119. Sobre o Simples Nacional e o IBS, a Constituição Federal estabelece que:

- a) O Simples Nacional não poderá incluir o IBS.
- b) O optante do Simples Nacional poderá realizar apropriação de créditos do IBS e CBS.
- c) Apenas os Municípios participarão da arrecadação do IBS no Simples Nacional.
- d) O IBS será excluído do Simples Nacional para os contribuintes que forem enquadrados como indústria.
- e) O optante pelo Simples Nacional não poderá realizar a apropriação de créditos do IBS, sendo tal possibilidade admitida apenas aos contribuintes que não ingressarem no Simples Nacional

120. Analise os itens a seguir sobre a obrigação tributária e a desconconsideração de atos e negócios jurídicos, considerando o Código Tributário Nacional (Lei 5172/1966):

- I. Salvo disposição de lei em contrário, tratando-se de situação jurídica, considera-se ocorrido o fato gerador desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
- II. A autoridade administrativa poderá desconconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.
- III. Para efeitos tributários, os atos ou negócios jurídicos condicionais com condição suspensiva reputam-se perfeitos e acabados desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.
- IV. A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes e dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV

121. Sobre a alteração do lançamento tributário, analise os itens abaixo:

- I. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo, recurso de ofício ou iniciativa de ofício da autoridade administrativa nos casos previstos em lei.
- II. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento pode ser efetivada em relação ao mesmo sujeito passivo, inclusive quanto a fatos geradores ocorridos anteriormente à sua introdução, desde que não altere lançamentos já efetivados.
- III. Quando o cálculo do tributo tenha por base o valor ou preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora poderá arbitrar aquele valor, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou documentos do sujeito passivo.

Está(ão) correto(s):

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas os itens I e II.
- c) Apenas os itens I e III.
- d) Apenas os itens II e III.
- e) Todos os itens

122. Empresa XYZ Ltda. possui débito de ICMS com fato gerador ocorrido em 15/03/2018. O contribuinte não apresentou qualquer declaração nem efetuou pagamento do tributo. Considerando as regras de decadência previstas no CTN e a jurisprudência do STJ, o prazo decadencial para o Fisco constituir o crédito tributário extingue-se em:

- a) 15/03/2023.
- b) 31/12/2023.
- c) 01/01/2024.
- d) 15/03/2028.
- e) 01/01/2029

123. Sobre o sujeito ativo e o sujeito passivo da obrigação tributária, assinale a alternativa incorreta:

- a) Sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- b) Sujeito passivo da obrigação principal diz-se contribuinte quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- c) Sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
- d) Sujeito passivo da obrigação acessória é sempre o contribuinte, também obrigado ao cumprimento da obrigação principal.
- e) A pessoa jurídica de direito público que se constituir pelo desmembramento territorial de outra sub-roga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria

124. A Empresa Delta Ltda. foi incorporada pela Empresa Sigma S.A. em junho de 2024. A incorporação foi devidamente registrada e publicada. Em outubro de 2024, a Fazenda Pública notificou a Empresa Sigma S.A. para pagar débitos tributários da Empresa Delta Ltda. relativos a fatos geradores ocorridos em março de 2024. De acordo com o CTN, a responsabilidade tributária da Empresa Sigma S.A. em relação aos débitos da empresa incorporada:

- a) É inexistente, pois a incorporação extingue todas as obrigações tributárias da empresa incorporada.
- b) É integral pelos tributos e multas devidos até a data da incorporação.
- c) É subsidiária, somente podendo ser cobrada após o esgotamento dos bens da empresa incorporada.
- d) Depende de previsão expressa no contrato de incorporação para que seja configurada.
- e) Está limitada ao valor do patrimônio líquido da empresa incorporada na data do ato

125. Considerando as regras constitucionais sobre o ICMS, assinale a alternativa correta.

- a) O ICMS deve, obrigatoriamente, ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- b) O ICMS não incidirá sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, sendo vedado o aproveitamento dos créditos de ICMS decorrentes das operações anteriores.
- c) Nas operações interestaduais com energia elétrica, haverá incidência de ICMS.
- d) A lei complementar poderá estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal.
- e) Compete ao Senado Federal estabelecer as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação

126. Carlos, sócio-gerente da empresa Comércio Delta Ltda. A empresa deixou de pagar diversos

tributos federais e foi ajuizada execução fiscal contra a pessoa jurídica. Os bens da empresa são insuficientes para quitar a dívida tributária. Não houve dissolução irregular da sociedade nem qualquer ato com excesso de poderes ou infração de lei por parte de Carlos. Considerando o CTN e a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que:

- a) Carlos responde solidariamente pelos débitos tributários da empresa.
- b) Carlos responde subsidiariamente pelos débitos tributários, após excussão dos bens da empresa.
- c) A insuficiência de bens da empresa autoriza automaticamente o redirecionamento da execução fiscal contra Carlos.
- d) Carlos não responde pelos débitos tributários da empresa.
- e) Carlos responde integralmente pelos débitos, pois é sócio da empresa executada

127. Acerca do crédito tributário e sua constituição, assinale a alternativa correta.

- a) O crédito tributário decorre da obrigação principal, mas tem natureza distinta desta, pois se refere ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- b) As circunstâncias que modificam a obrigação tributária necessariamente afetam o crédito tributário dela decorrente, podendo alterar sua extensão e seus efeitos.
- c) O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos no CTN, não podendo ser dispensada sua efetivação.
- d) Compete ao sujeito passivo da obrigação tributária constituir o crédito tributário pelo lançamento, mediante procedimento administrativo.
- e) A atividade administrativa de lançamento é discricionária, sendo facultada à autoridade administrativa a sua realização conforme critérios de conveniência e oportunidade

128. Considerando as regras na LC 214/25 sobre o regime específico de bares e restaurantes, analise as assertivas a seguir:

- I. Ficam excluídos da base de cálculo do IBS e da CBS a gorjeta incidente no fornecimento de alimentação, desde que seja repassada integralmente ao empregado e seu valor não exceda a 15% do valor total do fornecimento de alimento e bebidas.
- II. As alíquotas do IBS e da CBS relativas às operações de fornecimento de alimentação e bebidas pelos bares e restaurantes ficam reduzidas em 50%.
- III. É permitida a apropriação de créditos do IBS e da CBS pelos adquirentes de alimentação e bebidas fornecidas pelos bares e restaurantes, inclusive lanchonetes.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, apenas

129. Com relação às regras aplicáveis ao lançamento tributário, assinale a alternativa incorreta.

- a) Quando o valor tributário estiver expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação, salvo disposição de lei em contrário.
- b) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- c) Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador, tenha instituído novos critérios de apuração ou ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas.

d) Aplica-se ao lançamento a legislação superveniente que tenha outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, atribuindo responsabilidade tributária a terceiros.

e) A regra de que o lançamento reporta-se à data do fato gerador não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido

130. Um contribuinte do Imposto de Renda Pessoa Física apresentou sua declaração de ajuste anual em abril de 2024, referente ao ano-calendário de 2023, e efetuou o pagamento do tributo devido conforme declarado. A Receita Federal não se manifestou sobre a declaração até abril de 2029. Em junho de 2029, o contribuinte recebe uma notificação de lançamento de ofício, cobrando diferença de imposto não declarado, sem que tenha havido dolo, fraude ou simulação. Considerando as disposições do CTN sobre lançamento por homologação, é correto afirmar que:

- a) A notificação de lançamento é válida, pois o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário ainda não foi atingido, já que a Receita Federal tem até cinco anos após o término do prazo para entrega da declaração.
- b) A notificação de lançamento é inválida, pois a extinção do crédito tributário ocorreu em 31/12/2028 com a homologação tácita.
- c) A notificação de lançamento é válida, pois no lançamento por homologação o crédito tributário só se extingue com a homologação expressa, não havendo homologação tácita.
- d) A notificação de lançamento é inválida, pois o pagamento antecipado pelo contribuinte não extingue o crédito tributário no lançamento por homologação, sendo necessária a homologação expressa.
- e) A notificação de lançamento é válida, pois a existência de diferença de imposto não declarado caracteriza erro na declaração, permitindo a revisão do lançamento a qualquer tempo

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO PARÁ*Eduardo da Rocha*

131. Os convênios celebrados no âmbito do ICMS constituem instrumento essencial para a concessão e a revogação de benefícios fiscais, buscando assegurar coordenação entre os Estados e o Distrito Federal e impedir a concessão unilateral de incentivos. Com base na LC 24/75, assinale a alternativa correta:

- a) A concessão de benefícios fiscais por meio de convênios exige aprovação da maioria absoluta das Unidades da Federação, enquanto a revogação depende de decisão unânime dos Estados presentes na reunião.
- b) Os convênios celebrados podem ter sua aplicação limitada a uma ou algumas Unidades da Federação, inclusive alcançando aquelas cujos representantes não tenham comparecido à reunião de celebração.
- c) A ausência de ratificação expressa por qualquer Unidade da Federação impede a produção de efeitos do convênio, ainda que tenha havido ratificação tácita dentro do prazo legal.
- d) As reuniões para celebração de convênios somente podem ocorrer com a presença de representantes de todos os Estados e do Distrito Federal.
- e) A publicação da resolução adotada na reunião de celebração do convênio deve ocorrer no prazo máximo de 15 dias, contados da ratificação pelos Estados

132. Com base na LC 24/75, analise as afirmativas abaixo sobre as consequências da inobservância das regras relativas à concessão de benefícios fiscais e outras disposições específicas:

- I. A concessão de benefício fiscal em desacordo com a LC 24/75 acarreta a nulidade do ato e a ineficácia do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento recebedor da mercadoria.
- II. Os Municípios podem conceder, de forma autônoma, benefícios fiscais relacionados ao ICMS no que se refere à sua parcela na receita do

imposto, desde que respeitados os limites fixados em convênio.

- III. Os convênios devem estabelecer as condições gerais para que os Estados concedam, de forma unilateral, anistia, remissão, transação, moratória, parcelamento de débitos fiscais e ampliação do prazo de recolhimento do ICMS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta

133. Com base na Lei nº 10.311/23, do Estado do Pará, analise as afirmativas abaixo acerca da Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (TFRH):

- I. Compete à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) a administração do Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (CERH).
- II. É contribuinte da TFRH a pessoa física ou jurídica que utilize recurso hídrico como insumo no processo produtivo ou com finalidade de exploração ou aproveitamento econômico.
- III. O valor da TFRH corresponde, como regra geral, a 0,05 da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará (UPF-PA) por metro cúbico de recurso hídrico utilizado, podendo ser majorado por ato do Poder Executivo.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas II e III estão corretas

134. Com base na Lei Ordinária nº 7.591, de 28 de dezembro de 2011, analise as afirmativas abaixo acerca da Taxa de Fiscalização de Recursos Minerários (TFRM):

- I. São isentos do pagamento da TFRM o microempreendedor individual, a microempresa e a empresa de pequeno porte.
- II. É contribuinte da TFRM a pessoa física ou jurídica autorizada, a qualquer título, a realizar pesquisa, lavra, exploração ou aproveitamento de recursos minerários no Estado.
- III. A utilização de documento de arrecadação forjado, adulterado ou falsificado, relativo ao recolhimento da TFRM, sujeita o infrator à multa de 100% do valor da taxa devida, sem prejuízo da cobrança do tributo.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas II e III estão corretas

135. A empresa NavegaBem Ltda., estabelecida no Estado do Pará, atua no transporte fluvial de cargas. Em março de 2024, importou diretamente do exterior, para uso próprio, uma embarcação nova, com desembaraço aduaneiro ocorrido nessa mesma data. Além disso, em julho de 2024, adquiriu de particular uma embarcação usada, que já estava registrada anteriormente em nome de outro proprietário. Considerando a regra do fato gerador do IPVA na Lei nº 6.017/96, assinale a alternativa correta no que se refere ao IPVA de 2024 e 2025:

- a) A embarcação importada terá fato gerador apenas em março de 2024, e a embarcação usada terá fato gerador apenas em julho de 2024, pois o IPVA nasce exclusivamente na aquisição.
- b) A embarcação importada terá fato gerador em março de 2024 e também em 1º de janeiro de

2025; a embarcação usada não terá fato gerador em 2024 pela compra em julho, mas terá fato gerador em 1º de janeiro de 2025 se a empresa for proprietária nessa data.

- c) A embarcação importada terá fato gerador em 1º de janeiro de 2025, não havendo fato gerador em 2024; a embarcação usada terá fato gerador em julho de 2024 e em 1º de janeiro de 2025.
- d) A embarcação importada terá fato gerador em março de 2024 e em julho de 2024; a embarcação usada terá fato gerador em 1º de janeiro de 2024 e em julho de 2024.
- e) A embarcação usada terá fato gerador em julho de 2024, pois se trata de nova propriedade, e a importada terá fato gerador apenas em 1º de janeiro de 2025

136. No exercício de 2025, no Estado do Pará, verificam-se as seguintes situações envolvendo veículos automotores:

- I. Um veículo utilizado unicamente para transporte de carga no interior de estabelecimento industrial, sem circulação em vias públicas.
- II. Uma motocicleta usada, com cilindrada de 160 cc, cujo proprietário não possui outro veículo automotor registrado em seu nome e que não sofreu multas de trânsito nos últimos dois exercícios.
- III. Um automóvel pertencente a missão diplomática acreditada junto ao Governo Brasileiro, cujo país concede tratamento tributário recíproco ao Brasil.

Com base na Lei nº 6.017/96, assinale a alternativa correta quanto à incidência do IPVA:

- a) Apenas o veículo utilizado para transporte interno de cargas é isento do IPVA.
- b) O veículo utilizado para transporte interno de cargas e o automóvel diplomático são isentos do IPVA, sendo a motocicleta integralmente tributada.
- c) O veículo utilizado para transporte interno de cargas, a motocicleta e o automóvel diplomático são isentos do IPVA.
- d) A motocicleta faz jus apenas à isenção parcial de 50% do IPVA.
- e) O automóvel diplomático somente será isento se utilizado exclusivamente para fins oficiais.

137. Em 2025, no Estado do Pará, ocorreram as seguintes situações envolvendo veículos automotores:

- I. Em fevereiro de 2025, um consumidor final adquiriu um veículo novo diretamente de revendedor autorizado, pelo valor de R\$ 80.000,00. No documento fiscal constam, ainda não embutidos no valor de R\$ 80.000: opcionais no valor de R\$ 6.000,00, frete de R\$ 2.000,00 e seguro de R\$ 1.000,00.
- II. Em abril de 2025, um consumidor final importou diretamente do exterior um veículo automotor, cujo valor constante do documento de importação foi de US\$ 20.000,00. Considerando a conversão para moeda nacional em R\$ 100.000,00, foram pagos: Imposto de Importação de R\$ 35.000,00, IPI de R\$ 12.000,00, IOF de R\$ 3.000,00, despesas cambiais de R\$ 1.000,00 e ICMS de R\$ 25.000,00.
- III. Um veículo adquirido em exercício anterior teve seu valor fixado em tabela divulgada pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda em R\$ 50.000,00, sendo esse valor atualizado monetariamente em 10% até a data do pagamento do imposto.

Com base na Lei nº 6.017/96 e considerando a alíquota de 2,5% para todos os veículos, assinale a alternativa que indica corretamente o valor devido do IPVA nas situações I, II e III, respectivamente:

- a) R\$ 2.225,00; R\$ 4.400,00; R\$ 1.800,00
- b) R\$ 2.039,58; R\$ 3.300,00; R\$ 1.800,00
- c) R\$ 2.039,58; R\$ 3.300,00; R\$ 1.375,00
- d) R\$ 2.225,00; R\$ 3.300,00; R\$ 1.375,00
- e) R\$ 2.039,58; R\$ 4.400,00; R\$ 1.375,00

138. No exercício de 2025, no Estado do Pará, um contribuinte é proprietário dos seguintes bens, todos regularmente registrados e não alcançados por isenção ou não incidência:

- I. Um caminhão utilizado para transporte de mercadorias, com base de cálculo do IPVA fixada em R\$ 180.000,00.
- II. Um automóvel de passeio, não destinado à locação, com base de cálculo de R\$ 120.000,00.
- III. Uma embarcação recreativa utilizada exclusivamente para lazer, com base de cálculo de R\$ 200.000,00.
- IV. Um automóvel destinado à locação, de propriedade de empresa locadora estabelecida no Estado do Pará, com base de cálculo de R\$ 90.000,00.

Com base na Lei nº 6.017/96, assinale a alternativa que indica corretamente o valor total do IPVA devido no exercício de 2025:

- a) R\$ 6.700,00
- b) R\$ 8.900,00
- c) R\$ 10.700,00
- d) R\$ 11.300,00
- e) R\$ 12.400,00

139. No âmbito do IPVA, a legislação do Estado do Pará distingue claramente a figura do contribuinte da do responsável tributário, atribuindo a cada uma delas consequências jurídicas próprias. Com base na Lei nº 6.017/96, assinale a alternativa correta:

- a) Contribuinte do IPVA é a pessoa física ou jurídica que, embora não seja proprietária do veículo, responda solidariamente pelo pagamento do imposto em razão de atos ou omissões que tenham contribuído para o inadimplemento.
- b) O adquirente de veículo automotor sem quitação do IPVA de exercícios anteriores é contribuinte do imposto, assumindo integralmente a sujeição passiva, inclusive nos casos de arrematação em leilão judicial.

c) O locador, o arrendador mercantil e o credor fiduciário são responsáveis subsidiários pelo pagamento do IPVA, apenas quando comprovada a impossibilidade de cobrança do proprietário direto do veículo.

d) O servidor que autorizar ou efetuar o registro ou licenciamento de veículo sem a comprovação do pagamento do IPVA responde solidariamente pelo imposto e acréscimos legais.

e) O titular do domínio ou o possuidor a qualquer título somente responde pelo IPVA de forma subsidiária, após esgotadas as medidas de cobrança em face do proprietário formal do veículo.

140. O Regulamento do ICMS do Estado do Pará disciplina hipóteses de não incidência relacionadas a livros, jornais, periódicos e ao papel destinado à sua impressão, estabelecendo conceitos, exclusões e condições. Com base no Decreto nº 4.676/01 (RICMS-PA), assinale a alternativa correta:

a) A não incidência do ICMS alcança apenas livros impressos em papel, excluindo livros eletrônicos e os suportes materiais que os contenham.

b) Agendas, catálogos e livros pautados de uso comercial são considerados livros para fins de não incidência do ICMS, desde que destinados a atividades educacionais ou científicas.

c) O serviço de transporte de livros, jornais e periódicos não se beneficia da não incidência do ICMS, por se tratar de prestação de serviço autônoma.

d) O papel destinado à impressão de livros, jornais ou periódicos somente se beneficia da não incidência do ICMS após prévio reconhecimento pela Secretaria de Estado da Fazenda.

e) A não incidência do ICMS sobre livros abrange qualquer impresso que contenha informação escrita, ainda que possua finalidade predominantemente comercial ou publicitária.

141. A legislação do ICMS do Estado do Pará disciplina de forma distinta os regimes de isenção, redução de base de cálculo e crédito presumido, atribuindo a cada um deles efeitos próprios quanto ao momento de utilização do benefício e à manutenção ou estorno de créditos fiscais. Com base no Decreto nº 4.676/01 (RICMS-PA), analise as afirmativas abaixo:

- I. A redução de base de cálculo configura benefício utilizado apenas no momento da apuração do imposto, sendo vedado o aproveitamento de créditos relativos às operações anteriores.
- II. O crédito presumido consiste em benefício fiscal aplicado a cada operação ou prestação, reduzindo diretamente o valor da base de cálculo do imposto incidente.
- III. A isenção concedida sob condição deixa de produzir efeitos quando a condição não for satisfeita, considerando-se devido o imposto a partir do momento em que a condição for descumprida.
- IV. Na hipótese de redução de base de cálculo, o contribuinte deve proceder ao estorno proporcional do imposto de que se creditou, sempre que a operação ou prestação subsequente for beneficiada com essa redução, salvo disposição em contrário.
- V. O crédito presumido pode ser utilizado cumulativamente com os demais créditos fiscais, desde que apropriado no livro Registro de Apuração do ICMS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa IV está correta.
- d) Apenas as afirmativas I, III e V estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

142. Para fins de aplicação do ICMS, o Regulamento do Estado do Pará estabelece regras específicas para a definição de estabelecimento e para a autonomia de cada unidade operacional do contribuinte. Com base no Decreto nº 4.676/01 (RICMS-PA), assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se estabelecimento apenas o local edificado e de propriedade do contribuinte, desde que nele sejam exercidas atividades permanentes.
- b) Na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o domicílio tributário do contribuinte.
- c) Cada estabelecimento do mesmo titular é considerado autônomo, inclusive quando se tratar de produtor, industrial, comerciante, importador ou prestador de serviço de transporte ou de comunicação.
- d) O veículo utilizado no comércio ambulante é considerado estabelecimento autônomo, ainda que a atividade seja exercida em conexão com estabelecimento fixo localizado no Estado.
- e) O veículo utilizado na prestação de serviço de transporte somente será considerado estabelecimento autônomo se o proprietário estiver inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado.

143. Em relação ao momento de ocorrência do fato gerador do ICMS, considere as seguintes situações ocorridas no Estado do Pará, todas no exercício de 2025:

- I. Uma mercadoria importada do exterior teve seu desembaraço aduaneiro concluído em 10/03/2025, sendo a mercadoria entregue ao importador em 15/03/2025.
- II. Uma mercadoria importada do exterior foi entregue ao importador em 20/04/2025, tendo o desembaraço aduaneiro ocorrido apenas em 25/04/2025.
- III. Em 08/06/2025, um contribuinte forneceu máquinas e equipamentos, com material de sua própria propriedade, realizando simultaneamente a instalação e montagem desses bens no estabelecimento do adquirente, sendo o serviço prestado não compreendido na competência tributária municipal.

Com base no Decreto nº 4.676/01 (RICMS-PA) e na Lei nº 5.530/89, assinale a alternativa correta quanto ao momento de ocorrência do fato gerador do ICMS:

- a) Na situação I, o fato gerador ocorre na data da entrega da mercadoria; na situação II, na data do desembaraço aduaneiro; e, na situação III, na data da conclusão do serviço de instalação.
- b) Na situação I, o fato gerador ocorre em 15/03/2025; na situação II, ocorre em 25/04/2025; e, na situação III, ocorre no momento do pagamento pelo adquirente.
- c) Em todas as situações, o fato gerador ocorre exclusivamente na data da entrega física da mercadoria ao adquirente.
- d) Na situação III, não ocorre fato gerador do ICMS, por se tratar de prestação de serviço vinculada à instalação de máquinas e equipamentos.
- e) Na situação I, o fato gerador ocorre em 10/03/2025; na situação II, ocorre em 20/04/2025; e, na situação III, ocorre no momento do fornecimento da mercadoria com a prestação do serviço.

144. Em julho de 2025, um contribuinte do ICMS no Estado do Pará realizou as seguintes operações:

- I. Venda à vista de mercadoria por R\$ 50.000,00, com desconto incondicional de R\$ 5.000,00 concedido no próprio documento fiscal.
- II. Venda a prazo de mercadoria pelo valor de R\$ 40.000,00, com acréscimo financeiro de R\$ 4.000,00 pago diretamente a uma instituição financeira que intermediou a operação.
- III. Em razão da inadimplência do adquirente na operação do item II, o contribuinte recebeu, após a ocorrência do fato gerador, juros de mora no valor de R\$ 2.000,00, calculados sobre o valor da saída da mercadoria.
- IV. Venda de mercadoria realizada por contribuinte do IPI, com destino a consumidor final, pelo valor de R\$ 60.000,00, com destaque de IPI no valor de R\$ 6.000,00.

Com base no Decreto nº 4.676/01 (RICMS-PA), assinale a alternativa que indica corretamente o valor total da base de cálculo do ICMS considerando todas as operações acima:

- a) R\$ 145.000,00
- b) R\$ 151.000,00
- c) R\$ 157.000,00
- d) R\$ 161.000,00
- e) R\$ 167.000,00

145. Com base no RICMS do Estado do Pará, analise as situações abaixo relacionadas ao direito ao crédito fiscal do ICMS:

- I. ICMS recolhido a título de diferença de alíquotas na aquisição interestadual de bens destinados ao ativo imobilizado do estabelecimento.
- II. ICMS relativo a mercadoria que retornou ao estabelecimento vendedor por não ter sido entregue ao destinatário, por qualquer motivo.
- III. ICMS relativo à devolução de mercadoria realizada por pessoa física ou jurídica não obrigada à emissão de Nota Fiscal.

Assinale a alternativa correta:

- a) Em nenhuma das situações é admitido o aproveitamento de crédito fiscal, por se tratar de hipóteses excepcionais não previstas na legislação.
- b) Apenas na situação II é admitido o aproveitamento de crédito fiscal.
- c) Apenas nas situações I e II é admitido o aproveitamento de crédito fiscal.
- d) Apenas nas situações II e III é admitido o aproveitamento de crédito fiscal.
- e) Nas situações I, II e III é admitido o aproveitamento de crédito fiscal.

146. O Regulamento do ICMS do Estado do Pará disciplina as hipóteses de caracterização do abandono de mercadorias apreendidas e as regras aplicáveis à sua destinação. Com base no art. 761 do RICMS-PA, analise as afirmativas a seguir:

- I. As mercadorias apreendidas cuja liberação não seja providenciada após 90 dias, contados da data da apreensão, serão consideradas abandonadas.
- II. As mercadorias de fácil deterioração poderão ser consideradas abandonadas caso a liberação não seja providenciada no prazo fixado pela autoridade que efetuou a apreensão, em razão de sua natureza ou estado.
- III. Sendo a mercadoria apreendida necessária à comprovação da infração, o prazo para declaração

de abandono será de 30 dias, contado da data da apreensão.

- IV. Excetuadas as mercadorias de fácil deterioração, as alternativas de destinação das mercadorias abandonadas não obedecem a ordem de prioridade, cabendo ao titular da Secretaria de Estado da Fazenda definir a destinação, observadas as características das mercadorias apreendidas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

147. O Regulamento do ICMS do Estado do Pará disciplina a atualização monetária do débito tributário e os acréscimos legais incidentes no recolhimento do imposto fora do prazo. Com base no RICMS-PA, assinale a alternativa incorreta:

- a) O débito tributário relativo ao imposto não recolhido no prazo fixado na legislação fica sujeito à atualização monetária, ainda que não haja lavratura de auto de infração.
- b) A atualização monetária do imposto exigido por meio de Auto de Infração e Notificação Fiscal tem como termo inicial a data da ocorrência do fato gerador, quando a penalidade estiver relacionada ao valor da operação ou da prestação.
- c) Nos casos em que a penalidade aplicada por meio de Auto de Infração e Notificação Fiscal estiver relacionada ao valor do imposto, o termo inicial da atualização monetária será a data do vencimento em que o imposto deveria ter sido recolhido.
- d) A multa moratória prevista para o recolhimento do imposto fora do prazo corresponde a 0,10% do valor do imposto por dia de atraso, limitada ao percentual máximo de 36%, quando o imposto não for exigido em auto de infração.
- e) A atualização monetária será efetuada com base na Unidade Fiscal de Referência – UFIR.

148. No âmbito do procedimento de leilão fiscal de mercadorias ou bens apreendidos, o Regulamento do ICMS do Estado do Pará estabelece regras específicas quanto à incidência do imposto, à destinação do produto do leilão e aos efeitos tributários para o arrematante. Com base no RICMS-PA, assinale a alternativa correta:

- a) Na arrematação em leilão fiscal, há incidência do ICMS, devendo o imposto ser recolhido pelo arrematante no momento do pagamento do valor da arrematação.
- b) O produto do leilão será integralmente destinado à quitação do crédito tributário, ainda que ultrapasse o montante devido, não havendo previsão de restituição ou depósito em favor do proprietário.
- c) O pagamento do valor da arrematação poderá ser parcelado, a critério da Secretaria de Estado da Fazenda, em até cinco parcelas mensais e sucessivas.
- d) Na arrematação em leilão fiscal, não há incidência do ICMS, e, quando as mercadorias ou bens se destinarem à industrialização ou comercialização de estabelecimento inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS, será concedido crédito presumido calculado pela alíquota interna sobre o valor da arrematação.
- e) O crédito presumido decorrente da arrematação em leilão fiscal é concedido a qualquer adquirente, independentemente da destinação das mercadorias ou bens e de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

149. No procedimento de fiscalização tributária do Estado do Pará, a constatação de infração à legislação do ICMS enseja a adoção de medidas formais específicas, inclusive quanto à lavratura de autos e à concessão de prazo ao autuado. Com base no RICMS-PA, assinale a alternativa correta:

- a) Nas infrações relativas à prestação de serviço de transporte constatadas no trânsito de mercadorias, é obrigatória a lavratura prévia de Termo de Início de Fiscalização e de Termo de Conclusão, ainda que seja lavrado Auto de Infração e Notificação Fiscal.
- b) Na constatação de irregularidade no trânsito de mercadorias, é obrigatória a lavratura prévia de Ordem de Serviço, Termo de Início de Fiscalização e Termo de Apreensão, ainda que o contribuinte

efetue o pagamento imediato do imposto e da multa.

- c) Constatada mais de uma infração à legislação tributária pelo mesmo sujeito passivo, deverá ser lavrado um único Auto de Infração, com aplicação cumulativa das penalidades correspondentes.
- d) O autuado dispõe do prazo de 60 dias, contado da intimação regularmente realizada, para efetuar o recolhimento do débito ou apresentar defesa administrativa.
- e) Quando forem constatadas infrações ao mesmo dispositivo legal, em diversos períodos de um mesmo exercício financeiro, pelo mesmo sujeito passivo, todas deverão ser arroladas em um único Auto de Infração e Notificação Fiscal, salvo autorização expressa em sentido diverso para evitar a decadência do crédito tributário.

150. A legislação do ICMS do Estado do Pará adota alíquotas internas seletivas, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços, fixando percentuais distintos conforme a natureza da operação ou do bem. Com base no RICMS-PA, assinale a alternativa correta:

- a) As operações com fornecimento de refeições estão sujeitas à alíquota interna de 30%, por serem classificadas como mercadorias supérfluas.
- b) As operações com veículos automotores novos estão sujeitas à alíquota interna de 12%.
- c) As operações com bebidas alcoólicas, assim definidas pela legislação estadual e classificadas em códigos específicos da NCM, sujeitam-se à alíquota interna de 30%.
- d) A alíquota interna de 30% aplica-se às operações com refrigerantes.
- e) As operações com pólvoras propulsivas se sujeitam à alíquota de 19%.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO PARÁ*Rafael Rocha (Caverna)*

151. De acordo com a lei estadual nº 6.182/98, considera-se instaurada a fase litigiosa do procedimento com:

- a) Propositura da ação de execução fiscal.
- b) Lavratura de termo de apreensão de documentos.
- c) Apresentação de impugnação pelo sujeito passivo.
- d) Lavratura de auto de infração.
- e) Envio de intimação ao sujeito passivo.

152. Não é contribuinte do ITCMD, em nenhuma hipótese:

- a) o cessionário, na cessão a título gratuito.
- b) o fideicomissário, na instituição de fideicomisso.
- c) o beneficiário na transmissão de direitos reais.
- d) o doador, na doação.
- e) o legatário, na transmissão causa mortis.

153. Joaquim, que era residente no Estado de Pernambuco, faleceu e deixou como herança a seu único filho três imóveis: um localizado no território de Pernambuco e outros dois, no Pará.

De acordo com a lei estadual paraense, nessa situação hipotética, sabendo que o inventário foi processado no Estado do Piauí, a Secretaria da Fazenda do Estado do Pará:

- a) não poderá cobrar ITCMD sobre nenhum dos imóveis.
- b) poderá cobrar ITCMD sobre os três imóveis, independentemente de sua localização, havendo três fatos geradores.
- c) poderá cobrar ITCMD apenas sobre os imóveis localizados no PA, havendo três fatos geradores.
- d) poderá cobrar ITCMD apenas sobre os imóveis localizados no PA, havendo somente um fato gerador.

e) poderá cobrar ITCMD apenas sobre os imóveis localizados no PA, havendo dois fatos geradores..

154. De acordo com a lei estadual nº 6.182/98, não se sujeitam à apreensão pelo Fisco Estadual:

- a) as mercadorias encontradas sem a documentação fiscal exigível.
- b) as mercadorias encontradas em local diverso do indicado na documentação fiscal.
- c) as mercadorias acompanhadas de documentos fiscais que apresentem evidência de fraude.
- d) as mercadorias pertencentes a contribuinte cuja inscrição houver sido suspensa do Cadastro de Contribuintes do ICMS.
- e) as mercadorias que se encontrem com o prazo de validade expirado.

155. De acordo com a lei complementar 58/06, em se tratando de empresa jurisdicionada nas unidades fazendárias de grandes contribuintes, pode-se afirmar que, se a ação fiscal não for concluída dentro do prazo legal, ela retomará a sua espontaneidade pelo prazo de:

- a) 15 dias.
- b) 30 dias.
- c) 30 dias úteis.
- d) 45 dias.
- e) 60 dias.

CONTABILIDADE GERAL*Silvio Sande*

156. A empresa Santarém Ltda. apura seus resultados mês a mês pelo regime de competência. Para a apuração do resultado do mês de outubro/2025, o contador da empresa considerou as seguintes informações:

FATOS	VALORES
Despesa de outubro, paga em novembro	230,00
Receita de outubro, recebida em novembro	300,00
Despesa de novembro, paga em outubro	520,00
Receita de em novembro, recebida em outubro	820,00
Despesa de outubro, paga em outubro	500,00
Receita de outubro, recebida em outubro	680,00

O resultado obtido pela empresa Santarém de acordo com o regime de competência, foi

- a) prejuízo de 50
- b) prejuízo de 250
- c) lucro de 250
- d) prejuízo de 550
- e) lucro de 550

157. A Cia. Parauapebas adquiriu produtos para revenda e desembolsou os seguintes valores:

– Valor total dos produtos adquiridos: R\$ 1.200.000,00

– Valor total do seguro: R\$ 60.000,00

No valor total dos produtos adquiridos estavam inclusos:

– Tributos recuperáveis:R\$ 140.000,00

– Tributos não recuperáveis:R\$ 100.000,00

A Cia. Parauapebas revendeu metade dos produtos adquiridos por R\$ 1.600.000,00, concedendo 10% de desconto pelo pagamento à vista. Sobre o valor

da venda houve a incidência de ICMS no valor de R\$ 240.000,00, a Cia. pagou comissão para os vendedores no valor de R\$ 20.000,00 e arcou com o pagamento do frete para entrega dos produtos vendidos no valor de R\$ 18.000,00. Com base nessas informações, o valor do lucro bruto apurado pela Cia. Parauapebas, em relação à transação realizada foi, em reais,

- a) 556.000,00
- b) 580.000,00
- c) 600.000,00
- d) 620.000,00
- e) 640.000,00

158. Uma Sociedade Empresária iniciou suas atividades em janeiro de 2025. Nesse mês, realizou as seguintes transações:

- Aquisição de mercadorias por R\$30.000,00. Neste valor está incluído Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS recuperável, no valor de R\$5.100,00.
- Venda, por R\$40.000,00, de 50% das mercadorias adquiridas, sendo concedido um desconto de 20% no momento da venda. Sobre a receita obtida na operação, há incidência apenas do ICMS na alíquota de 17%.

Considerando-se que essas foram as únicas transações efetuadas no mês, após o registro contábil de apuração do ICMS, a Sociedade Empresária apresentará:

- a) um saldo de ICMS a Recolher no valor de R\$2.590,00.
- b) um saldo de ICMS a Recolher no valor de R\$340,00.
- c) um saldo de ICMS a Recolher no valor de R\$1.700,00.
- d) um saldo de ICMS a Recuperar no valor de R\$5.100,00.
- e) um saldo de ICMS a Recuperar no valor de R\$ 1.700,00

159. O saldo da conta Provisões evidenciado no Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2019, era composto dos seguintes valores:

Processo	Saldo em 31/12/2019
Ambiental	R\$ 3.000.000,00
Tributária	R\$ 2.800.000,00
Fiscal I	R\$ 2.200.000,00

Em 31/12/2020 a empresa obteve as seguintes informações sobre os diversos processos a que está respondendo:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2020	Valor estimado em 31/12/2020 para as perdas
Ambiental	Provável	R\$ 1.900.000,00
Tributária	Provável	R\$ 2.300.000,00
Fiscal I	Possível	R\$ 1.900.000,00
Fiscal II	Provável	R\$ 5.300.000,00
Trabalhista	Possível	R\$ 1.100.000,00

Na Demonstração do Resultado de 2020, o efeito total que a empresa reconheceu, em função das provisões necessárias, foi

- a) despesa total no valor de R\$ 8.000.000,00.
- b) despesa total no valor de R\$ 5.800.000,00.
- c) despesa total no valor de R\$ 4.500.000,00.
- d) despesa total no valor de R\$ 1.500.000,00.
- e) receita total no valor de R\$ 500.000,00.

160 Uma empresa adquiriu uma máquina e registrou na contabilidade os seguintes dispêndios:

- Preço de aquisição: R\$ 100.000,00;
- Imposto de importação: R\$ 10.000,00 (não recuperável);
- Preparação do local: R\$ 20.000,00;
- Custo com materiais consumido na realização de testes de funcionamento: R\$ 10.000,00;

- Honorários dos técnicos que realizaram os testes: R\$ 12.000,00;
- Gasto com treinamento do pessoal para utilizar a máquina: R\$ 13.000,00;
- Vida útil estimada: 10 anos;
- Valor residual: R\$ 100.000,00.

De acordo com a NBC TG 27 - ATIVO IMOBILIZADO, o custo da máquina, ou seja, o valor contábil de registro inicial desse imobilizado, será de

- a) R\$ 100.000,00.
- b) R\$ 110.000,00.
- c) R\$ 130.000,00.
- d) R\$ 152.000,00.
- e) R\$ 165.000,00

161. A empresa Tiradentes adquiriu, em 31/12/2023, uma máquina no valor de R\$ 65.000,00 a prazo, sendo esse valor registrado no seu ativo imobilizado. Na data da aquisição, o bem foi colocado em uso e a empresa estimou que a vida útil será de 10 anos e o seu valor residual de R\$ 15.000,00. Sabendo-se que a empresa utiliza o método linear para o cálculo da depreciação. Com base nessas informações, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2025 foi, em reais,

- a) 65.000,00.
- b) 60.000,00.
- c) 55.000,00.
- d) 50.000,00.
- e) 45.000,00.

162. A Cia Mosqueiro S/A., ao final de certo exercício social, dispunha das seguintes informações para realizar o teste de recuperabilidade de determinado ativo imobilizado.

As informações a seguir estão relacionadas a determinado ativo imobilizado de uma companhia aberta,

- valor justo: R\$ 820.000
- valor contábil: R\$ 800.000
- valor em uso: R\$ 760.000
- valor residual: R\$ 140.000
- despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda do ativo imobilizado: R\$ 30.000

Com base nos dados hipotéticos apresentados, é correto afirmar que o valor da perda por desvalorização do ativo em apreço é

- a) R\$ 0.
- b) R\$ 10.000.
- c) R\$ 40.000.
- d) R\$ 50.000.
- e) R\$ 70.000.

163. A Coruja Concursos Ltda., adquiriu, em 03 de janeiro de 2025, a licença de um software para uso nas aulas, tanto presenciais quanto remotas. A licença custou R\$ 200.000,00 e, para instalar o software em operação, a Coruja Concursos Ltda. desembolsou o montante de R\$ 20.000,00. O software ficou apto para uso no dia 05 de janeiro. No contrato de compra e venda consta o prazo de 60 meses para uso da licença pela Futurista Ltda.. Também, o contrato prevê desconto de 10% para pagamento dentro do mesmo mês e 20% para pagamento à vista, no ato da negociação. A Coruja Concursos Ltda. optou pelo pagamento à vista. No final do mês de janeiro de 2025, a contabilidade tem registrado

- a) intangível de R\$ 180.000,00 e amortização acumulada de R\$ 3.000,00.
- b) intangível de R\$ 180.000,00 e depreciação

acumulada de R\$ 3.000,00.

- c) intangível de R\$ 220.000,00 e amortização acumulada de R\$ 3.666,00.
- d) intangível de R\$ 220.000,00 e depreciação acumulada de R\$ 3.666,00.
- e) intangível de R\$ 200.000,00 e amortização acumulada de R\$ 3.333,00.

164. A Cia. Castanhal S.A. decidiu expandir suas atividades operacionais, para tanto optou, entre as várias formas de financiamento disponíveis, pela emissão de 100.000 debêntures a R\$ 50,00 cada. A data da captação foi 03/01/2025. O prazo definido para as debêntures é de 10 anos e juros simples com taxa anual de 6%. Houve custo para a captação dos recursos no valor de R\$ 50.000,00, pagos na data da transação. Ficou estipulado o valor de R\$ 300.000,00 de prêmios na emissão das debêntures da Cia. No dia 03/01/2025, após a contabilização desses fatos, pode-se dizer que foi gerado(a) um(a)

- a) passivo de R\$ 5.250.000,00.
- b) passivo de R\$ 5.000.000,00.
- c) ativo de R\$ 5.000.000,00.
- d) despesa financeira de R\$ 50.000,00.
- e) despesa financeira de R\$ 300.000,00.

165. A empresa Santarém S/A recebeu do estado do Pará um terreno como subvenção governamental para uso em seus negócios. O valor nominal do terreno era de R\$ 80.000, enquanto o seu valor justo era de R\$90.000.

No Balanço Patrimonial da entidade, o terreno foi reconhecido como Ativo Imobilizado.

Considerando que a entidade optou por não reconhecer a contrapartida do terreno em seu ativo, a entidade reconheceu a contrapartida como

- a) Receita Diferida, no Passivo, por R\$90.000,00.
- b) Receita Diferida, no Passivo, por R\$80.000,00.
- c) Reserva de Lucros, no Patrimônio Líquido, por R\$90.000,00.
- d) Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, por R\$90.000,00.
- e) Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, por R\$80.000,00.

166. Em 30/06/2024, a Cia Solimões adquiriu um terreno no valor de R\$ 700.000,00, como pagou à vista, acabou pagando R\$ 600.000,00. Os impostos incidentes para a transferência da propriedade foram de R\$ 12.000,00.

No momento da compra, a sociedade empresária não havia definido como usaria o terreno, classificando seu uso como indeterminado.

Assinale a opção que indica, na data da compra, a apresentação do terreno no Balanço Patrimonial da sociedade empresária.

- a) Ativo imobilizado: R\$ 600.000,00.
- b) Ativo imobilizado: R\$ 612.000,00.
- c) Propriedade para investimento: R\$ 600.000,00.
- d) Propriedade para investimento: R\$ 612.000,00.
- e) Ativo não circulante mantido para venda: R\$ 612.000,00.

167. A Cia. Ananindeua S.A., durante o ano de 2025, obteve lucro de R\$ 400.000,00, dos quais distribuiu dividendos de R\$ 160.000,00, entre outros, para a Cia. Redenção S.A., para a qual vendeu 60% de seu capital social em 2024. Considerando-se essas informações e sabendo que o investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, pode-se afirmar que a Cia. Redenção S.A., em 31/12/2025,

- a) reconheceu receita de dividendos no valor de R\$ 96.000,00.
- b) reconheceu receita de equivalência patrimonial de R\$ 144.000,00.
- c) reconheceu aumento da participação societária em R\$ 144.000,00.
- d) reconheceu um lucro de R\$ 98.000,00.
- e) teve seu Patrimônio Líquido aumentado em R\$ 96.000,00.

168. Em 31 de dezembro de 2024, a Cia. Outeiro S/A possuía 60% das ações da Cia. Mosqueiro, comprada por R\$ 350.000,00, classificando-a como controlada. Ao final do exercício de 2025, a Cia. Mosqueiro teve um lucro de R\$ 200.000,00 e pagou dividendos de R\$100.000,00. A Cia. Outeiro vendeu toda a sua participação na Cia. Mosqueiro em 31 de dezembro de 2025, por R\$ 500.000,00 à vista. O resultado apurado com a venda da participação na controlada foi de

- a) R\$ 60.000,00.
- b) R\$70.000,00.
- c) R\$ 80.000,00.
- d) R\$ 90.000,00.
- e) R\$ 100.000,00.

169. A Cia. Altamira S.A. obteve um lucro líquido no ano de 2025 de R\$ 171.000,00. Considerando-se que seu imposto de renda é calculado à alíquota de 20% do lucro real e que seu estatuto prevê a participação de empregados à alíquota de 10% e de debenturistas à alíquota de 5%, a provisão para o imposto de renda e a participação de empregados deve ser, respectivamente,

- a) R\$ 34.100,00 e R\$ 17.500,00.
- b) R\$ 34.100,00 e R\$ 17.100,00.
- c) R\$ 45.000,00 e R\$ 17.100,00.
- d) R\$ 50.000,00 e R\$ 18.000,00.
- e) R\$ 50.000,00 e R\$ 19.000,00.

170. O prejuízo do exercício, de acordo com a Lei nº 6.404/76, deve ser absorvido na seguinte ordem:

- a) reserva legal, reservas de lucros e lucros acumulados.
- b) reserva legal, reservas de lucros e reserva de capital.
- c) capital social, reservas de capital e reserva legal
- d) lucros acumulados, reserva legal e reservas de lucros
- e) lucros acumulados, reservas de lucros e reserva legal.

171. A Cia. SS reconheceu, durante o ano de 2024, vendas brutas no valor total de R\$ 6.000.000,00. As seguintes informações adicionais são conhecidas sobre fatos ocorridos no mesmo ano:

- Devoluções de vendasR\$ 720.000,00
- Abatimentos sobre vendasR\$ 450.000,00
- Comissões sobre as vendas realizadas ...R\$ 150.000,00
- Frete para entrega das vendas realizadasR\$ 60.000,00
- Impostos sobre vendas R\$ 1.110.000,00
- Estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosaR\$ 180.000,00
- Recuperação de créditos com clientes.....R\$ 30.000,00

Sabendo que o custo das mercadorias vendidas foi R\$ 2.400.000,00, a Receita Líquida de vendas e o Lucro Bruto (Resultado com Mercadorias) apurados pela Cia. SS, no ano de 2024, foram, respectivamente, em reais,

- a) 3.720.000,00 e 960.000,00.
- b) 3.660.000,00 e 1.260.000,00.
- c) 3.720.000,00 e 1.320.000,00.
- d) 3.720.000,00 e 1.260.000,00.
- e) 3.660.000,00 e 1.110.000,00.

172. Os dados de uma empresa que são apresentados a seguir, referentes ao ano de 2025, foram obtidos de diversas fontes internas e os valores estão expressos em reais:

eventos	Valores (em R\$)
lucro líquido do exercício	350.000,00
aumento do aumento do capital social	90.000,00
dividendos distribuídos	80.000,00
perdas líquidas derivadas da conversão das demonstrações contábeis relativas a operações no exterior	50.000,00
ganho na alienação de ativos imobilizados	35.000,00
ajuste ao valor justo de ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes (valor positivo líquido de tributos)	40.000,00
ganhos atuariais em planos de pensão com benefício definido	30.000,00
capital social	500.000,00

Na Demonstração do Resultado Abrangente referente ao exercício de 2025, o valor do resultado abrangente apurado foi, em reais:

- a) 340.000.
- b) 370.000.
- c) 395.000.
- d) 450.000.
- e) 870.000.

173. A Cia. Castanhal, em 31/12/2025, extraiu, a partir de seus sistemas contábeis, as seguintes informações:

Contas	Saldo (em R\$)
Custo dos produtos vendidos	5.000.000
Despesa de depreciação	120.000
Despesas de aluguéis	190.000
Despesas financeiras	110.000
Despesas de equivalência patrimonial	90.000
Dividendos distribuídos	100.000
Mão de obra e encargos trabalhistas	1.560.000
Materiais adquiridos de terceiros	140.000
Receita bruta	10.500.000
Receitas financeiras	450.000
Receitas de aluguel	300.000
Receitas de dividendos	150.000
Serviços de terceiros	700.000

Tendo em vista as informações apresentadas e o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA) –, assinale a alternativa que indica o Valor Adicionado Recebido em Transferência referente ao exercício de 31/12/2025.

- a) R\$ 900.000
- b) R\$ 810.000
- c) R\$ 700.000
- d) R\$ 400.000
- e) R\$ 300.000

174. Determinada empresa efetuou as seguintes transações no primeiro semestre de 2020:

- Integralização de capital social, por meio de um imóvel, no valor de R\$ 500.000,00.
- Compra de estoque à vista, por R\$ 50.000,00.
- Aquisição de ações em tesouraria, por R\$ 20.000,00
- Compra de automóvel à vista, por R\$ 40.000,00.
- Recebimento de dividendos, no valor de R\$ 25.000,00
- Compra de móveis, para pagamento em agosto de 2021, por R\$ 30.000,00.
- Pagamento de empréstimo bancário, no valor de R\$ 8.000,00.
- Pagamento dos salários de funcionários, no valor de R\$ 4.000,00.
- Resgate de debênture no valor de R\$ 36.000,00.
- Pagamento de dividendos, no valor de R\$ 15.000,00.

Considerando as transações acima, o Fluxo de Caixa de Financiamento no semestre, evidenciado em sua Demonstração dos Fluxos de Caixa, foi de

- a) Consumo de R\$ 59.000,00.
- b) Consumo de R\$ 64.000,00.
- c) Consumo de R\$ 79.000,00.
- d) Consumo de R\$ 82.000,00.
- e) Geração de R\$ 3.000,00.

175. A Cia. Santarém S/A detém a 60% do capital total da Cia Marabá. As companhias apresentaram os seguintes balanços patrimoniais, encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Ativo	Cia. Santarém	Cia Marabá
Caixa	40.000,00	28.000,00
Banco	80.000,00	52.000,00
Títulos a receber	75.000,00	24.000,00
Ações da Cia. Rosa	30.000,00	
Imobilizado	90.000,00	31.000,00
Total	315.000,00	135.000,00
Duplicatas a pagar	88.000,00	48.000,00
Dívidas trabalhistas	32.000,00	19.000,00
Empréstimo	28.000,00	18.000,00
Capital	95.000,00	40.000,00
Reservas	72.000,00	10.000,00
Total	315.000,00	135.000,00

Após a consolidação do balanço patrimonial das duas companhias, pode-se afirmar que o valor da conta participação, de acionistas não controladores, em reais, é de

- a) 10.000,00.
- b) 20.000,00.
- c) 30.000,00.
- d) 40.000,00.
- e) 50.000,00.

ECONOMIA REGIONAL

Celso Natale

176. Sobre os solos predominantes no estado do Pará e suas características, assinale a alternativa correta.

- a) Os Latossolos são rasos e pouco intemperizados, com elevada fertilidade natural.
- b) Os Argissolos caracterizam-se pela ausência de diferenciação entre horizontes.
- c) Os Espodossolos apresentam textura arenosa, baixa fertilidade e horizonte espódico.
- d) Os Nitossolos são típicos de áreas alagadas, com drenagem deficiente.
- e) Os Neossolos ocorrem apenas em áreas de planície fluvial recente.

177. Sobre os limites territoriais e as fronteiras do estado do Pará, assinale a alternativa correta.

- a) O Pará possui fronteira internacional apenas com a Guiana Francesa.
- b) Ao norte, o Pará limita-se exclusivamente com o estado do Amapá.
- c) Ao norte, o Pará faz fronteira internacional com Suriname e Guiana, além de limitar-se com o Amapá.
- d) O limite oeste do Pará ocorre com o estado de Rondônia.
- e) O Tocantins localiza-se a oeste do território paraense.

178. A estrutura produtiva do estado do Pará caracteriza-se por forte heterogeneidade setorial. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- a) O setor agropecuário é o principal gerador de valor adicionado do estado, superando a indústria e os serviços.
- b) A economia paraense apresenta elevada diversificação produtiva, com reduzida dependência de recursos naturais.
- c) A estrutura produtiva do Pará revela forte concentração em atividades primárias e extrativas, com impacto direto sobre o desempenho do PIB.
- d) O setor terciário possui papel marginal na geração de empregos formais no estado.
- e) A predominância do setor industrial decorre do peso da indústria de transformação intensiva em mão de obra.

179. A economia do estado do Pará apresenta uma estrutura produtiva marcada por forte heterogeneidade setorial e elevada dependência de recursos naturais. Considerando os setores agropecuário, industrial, energético e de serviços, assinale a alternativa correta.

- a) A agropecuária é o principal setor gerador de valor adicionado, em razão da elevada produtividade e da formalização do emprego.
- b) A indústria de transformação concentra a maior parcela da riqueza industrial, superando amplamente a indústria extrativa.
- c) O setor de serviços, somado à administração pública, constitui a principal base do PIB estadual e o maior gerador de empregos formais.
- d) A mineração possui importância restrita ao mercado interno, com baixa influência sobre exportações e arrecadação.
- e) A geração de energia elétrica, embora elevada, não apresenta integração com as atividades industriais do estado.

180. No âmbito da infraestrutura econômica, assinale a alternativa correta.

- a) Infraestrutura econômica — conjunto de políticas fiscais e monetárias.
- b) Transporte — redução da mobilidade produtiva.
- c) Portos — escoamento do comércio exterior.
- d) Aeroportos — circulação exclusiva de passageiros.
- e) Energia elétrica — atividade acessória ao desenvolvimento.

181. O setor de transportes e a atividade portuária no estado do Pará apresentam características estruturais e conjunturais relevantes. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- a) O transporte fluvial é economicamente predominante no Pará, em razão da extensa rede hidrográfica e da baixa relevância do modal rodoviário.
- b) As atividades de transportes, serviços auxiliares e correio constituem o segmento de menor faturamento dentro do setor de serviços.
- c) A priorização histórica do modal rodoviário consolidou-se a partir da construção da rodovia Belém–Brasília, na década de 1960.
- d) O sistema portuário paraense apresentou crescimento contínuo da movimentação de cargas entre 2022 e 2023.
- e) O transporte aéreo no Pará é voltado majoritariamente ao fluxo internacional de passageiros.

182. Com base nos dados do Pará em Números, assinale a alternativa correta acerca da infraestrutura elétrica do estado do Pará.

- a) O consumo interno de energia elétrica é superior à produção estadual.
- b) A matriz elétrica paraense é predominantemente termelétrica.
- c) A maior parte da energia gerada no Pará é destinada ao Sistema Interligado Nacional.
- d) A geração de energia elétrica no estado atende prioritariamente ao consumo residencial.
- e) A infraestrutura elétrica foi estruturada independentemente das demandas da mineração.

183. A evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Pará, entre 2010 e 2022, revela características estruturais relevantes da economia estadual. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- a) O crescimento do PIB no período decorreu exclusivamente da expansão populacional.
- b) O PIB a preços correntes permite isolar o crescimento real da economia, pois elimina os efeitos da inflação.
- c) A economia paraense apresentou crescimento nominal expressivo, com recuo no PIB total em 2022.
- d) A retração do PIB em 2022 foi explicada pelo aumento dos impostos indiretos.
- e) O PIB do Pará manteve trajetória estável, sem oscilações significativas ao longo da série.

184. Sobre o Valor Adicionado Bruto (VAB) do estado do Pará e sua composição setorial, assinale a alternativa correta.

- a) O VAB corresponde ao PIB acrescido dos impostos sobre produtos.
- b) A indústria apresentou comportamento estável e previsível ao longo da série histórica.

c) O setor de serviços mostrou-se o segmento mais resiliente frente às oscilações da economia estadual.

d) A agropecuária superou a indústria e os serviços em valor adicionado em 2022.

e) A administração pública apresentou trajetória de queda nominal no período analisado.

185. Com base nos dados da balança comercial do Pará (2010 a 2024), assinale a alternativa correta.

a) O Pará registrou déficits comerciais recorrentes no período, em razão da elevada dependência de importações industriais.

b) A balança comercial do Pará manteve-se superavitária em toda a série, com pico de exportações e saldo em 2021.

c) Em valores FOB, as exportações incluem frete e seguro internacional, o que explica o elevado superávit estadual.

d) Em 2024, as importações do Pará superaram as exportações, indicando reversão estrutural do padrão externo.

e) O superávit comercial do Pará resulta predominantemente de exportações de bens de alta tecnologia e serviços.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
